



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Denominação do Curso: Curso Superior de Tecnologia em Tecnologia em Educação Social

1.2. Código E-mec: 1728117

1.3. Habilitação:

1.4. Grau Acadêmico Conferido: Tecnologia

1.5. Modalidade de Ensino: Presencial

1.6. Regime de Matrícula: Semestral

1.7. Tempo de Duração (em semestres):

- a) Proposto para Integralização Curricular: 4 Semestres
- b) Mínimo CNE: 4 Semestres
- c) Máximo UFMS: 6 Semestres

1.8. Carga Horária Mínima (em horas):

- a) Mínima CNE: 2000 Horas
- b) Mínima UFMS: 2000 Horas

1.9. Número de Vagas Ofertadas por Ingresso: 50 vagas para o curso 3207;

1.10. Número de Entradas: 1

1.11. Turno de Funcionamento: Vespertino e Sábado à tarde para o curso 3207;

1.12. Local de Funcionamento:

1.12.1. Unidade de Administração Setorial de Lotação: AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO DIGITAL E A DISTÂNCIA

1.12.2. Endereço da Unidade de Administração Setorial de Lotação do Curso: Polo de Campo Grande: Agência de Educação Digital e a Distância - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Avenida Costa e Silva S/N - Bairro: Universitário.

1.13. Forma de ingresso: Os critérios e procedimentos que regulamentam o ingresso são definidos em regulamentos e em editais específicos, condicionado à existência de vagas e às especificidades do Curso.



2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;
- Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais—Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto Federal nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Decreto Federal nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- Portaria nº 3.284, Ministério da Educação (MEC), de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Portaria nº 378, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre os formatos de oferta dos cursos superiores de graduação;



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

- Resolução nº 1, Conselho Nacional da Educação (CNE) / Conselho Pleno (CP), de 17 de junho de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução nº 3, CNE/CP, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
- Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução nº 2, CNE/CP, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução nº 7, CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação —PNE 2014-2024— e dá outras providências;
- Resolução nº 1, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências;
- Resolução nº 1, CNE/CP, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- Portaria nº 514, MEC, de 4 de junho de 2024, que aprova a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia -CNST e a incorporação de áreas Tecnológicas aos Eixos Tecnológicos do CNCST e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília: MEC/SERES-SETEC, 2024;
- Resolução nº 153, Conselho Universitário (Coun), de 29 de Dezembro de 2021, que aprova a criação e a implantação dos Cursos de Graduação, no âmbito do Programa Especial de Educação Digital e Inovadora no Ensino de Graduação;
- Resolução nº 93, Conselho Universitário (Coun), de 28 de maio de 2021, que aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 137, Coun, de 29 de outubro de 2021, que aprova o Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 106, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da UFMS;
- Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Regras de Transição para Alterações Curriculares originadas de alterações na normatização interna da UFMS ou atendimento a normativa legal;
- Resolução nº 755, Coeg, de 16 de setembro de 2016, que altera as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da UFMS, aprovada pela Resolução nº 106, de 4 de março de 2016;
- Resolução nº 16, Conselho de Graduação (Cograd), de 16 de janeiro de 2018, que altera o art. 4º da Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016;
- Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021 que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 537, Cograd, de 18 de outubro de 2019, que aprova o



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

- Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), dos cursos de graduação da UFMS;
- Resolução nº 594, Cograd, de 22 de junho de 2022, que aprova o Regulamento das Atividades Orientadas de Ensino dos Cursos de Graduação da UFMS;
 - Resolução nº 595, Cograd, de 22 de junho de 2022, que aprova o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso dos Cursos de Graduação da UFMS;
 - Resolução nº 706, Cograd, de 8 de dezembro de 2022, que aprova o Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMS;
 - Resolução nº 732, Cograd, de 6 de janeiro de 2023, que estabelece as normas das Ações de Ensino da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
 - Resolução nº 830, Cograd, de 1º de março de 2023, que aprova o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
 - Resolução nº 1.052, Cograd, de 15 de março de 2024, que altera o Regulamento de Estágio, Componente Curricular Disciplinar e Componente não Disciplinar dos Cursos de Graduação da UFMS, aprovado pela Resolução nº 706, de 8 de dezembro de 2022;
 - Resolução nº 1.053, Cograd, de 15 de março de 2024, que altera o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFMS, aprovado pela Resolução nº 430, de 16 de dezembro de 2021;
 - Resolução nº 1.213, Cograd, de 24 de junho de 2025, que altera o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFMS, aprovado pela Resolução nº 430, de 16 de dezembro de 2021; e
 - Resolução nº 419, Coun, de 1ª de julho de 2025, que aprova a criação e implantação do Curso Superior de Tecnologia em Educação Social, na Agência de Educação Digital e a Distância.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. HISTÓRICO DA UFMS

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) tem origem com a criação das Faculdades de Farmácia e Odontologia, em 1962, na cidade de Campo Grande, embrião do Ensino Superior público no sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses Cursos foram absorvidos pelo Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o primeiro Curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado de Mato Grosso criou o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Três Lagoas, ampliando assim a rede pública estadual de Ensino Superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05 de julho de 1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O Câmpus de Dourados (CPDO) foi transformado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a sua instalação realizada em 1º de janeiro de 2006, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005.

Atualmente, além da sede na Cidade Universitária em Campo Grande, onde funcionam a Escola de Administração e Negócios (Esan), a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc), a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (Facfan), a Faculdade de Ciências Humanas (Fach), a Faculdade de Computação (Facom), a Faculdade de Educação (Faed), a Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (Faeng), a Faculdade de Medicina (Famed), a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), a Faculdade de Odontologia (Faodo), a Faculdade de Direito (Fadir), o Instituto de Biociências (Inbio), o Instituto de Física (Infi), o Instituto Integrado de Saúde (Inisa), o Instituto de Matemática (Inma) e o Instituto de Química (Inqui), a UFMS mantém nove câmpus nas cidades de Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, descentralizando o ensino para atender aos principais polos de desenvolvimento do Estado.

Em sua trajetória histórica, a UFMS busca consolidar seu compromisso social com a comunidade sul-mato-grossense, gerando conhecimentos voltados à necessidade regional, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sempre evidenciou a necessidade de expandir a formação profissional no contexto social-demográfico e político sul-mato-grossense. Em consonância com essas demandas, a UFMS possui cursos de Graduação e Pós-Graduação, presenciais e a distância. Os cursos de Pós-Graduação englobam especializações e programas de Mestrado e Doutorado.

3.2. HISTÓRICO DA UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL DE LOTAÇÃO DO CURSO (PRESENCIAIS) OU DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFMS (CURSOS A DISTÂNCIA)

Na UFMS, a EaD iniciou-se informalmente no ano de 1991 por meio do Grupo de Apoio ao Ensino de Ciências e Matemática no 1º Grau – Gaecim. O grupo era composto por professores dos Departamentos de Educação, Biologia, Física e Matemática e tinha como objetivo criar na UFMS uma unidade interdisciplinar de oferta de cursos a distância para qualificação dos professores da rede pública.

A Portaria nº 332, RTR/UFMS, de 14 de agosto de 2000, criou e implantou a Assessoria de Educação Aberta e a Distância – AEAD, e divulgou o seu Regimento Interno. Com o avanço do acesso à internet, surgiram as primeiras experiências de implantação de cursos de extensão e de especialização no âmbito da AEAD, em plataformas virtuais como o TelEduc e e-Proinfo.

O credenciamento da UFMS para oferta de Cursos de Graduação e de Pós-graduação lato sensu a distância ocorreu no ano de 2001, com a Portaria do MEC nº 2.113, de 10 de setembro de 2001. Foram aprovadas as propostas do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura – Habilitação em Formação de Professores para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e do Curso de Especialização em Orientação Pedagógica em Educação a Distância. O objetivo foi atender a demanda do MEC para a Formação de Professores e a interiorização do ensino superior no Brasil. Neste mesmo ano, foi instituída a Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (CED), à época, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) - CED/PREG.

A primeira oferta de graduação foi o Curso de Pedagogia para o polo de Bela Vista – MS. A primeira oferta de pós-graduação lato sensu foi o Curso de Especialização em Orientação Pedagógica em Educação a Distância, cujas vagas atenderam os profissionais da educação de municípios como São Gabriel do Oeste,



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

Rio Brilhante, Camapuã, Campo Grande, além de técnicos da UFMS e comunidade em geral.

Após a implantação da graduação a distância, a UFMS concorreu ao Edital Público MEC/SEED – nº 1/2004 – Seleção de propostas para apoio financeiro à Educação Superior a Distância, passando a integrar dois Consórcios: o Pró-Formar e o Setentrional. O Consórcio Pró-Formar objetivou oferecer curso de Pedagogia para Educação Infantil e o Consórcio Setentrional, o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Em 2005, a UFMS concorreu ao Edital nº 1/2005 da Secretaria de EaD do MEC, e foi aprovada para oferecer os cursos de Pedagogia; Pedagogia (Educação Especial); Pedagogia (para Educação de Jovens e Adultos), Letras (Português/Espanhol); Matemática e Administração Pública. Com a política de incentivo às atividades de EaD do Ministério da Educação - MEC, a UFMS, a partir de 2006, integrou-se ao Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Concomitante às ofertas da UAB, a UFMS ofertou pós-graduação lato sensu e aperfeiçoamento para professores da Educação Básica por programas e projetos de EaD da Secretaria Especial de Educação a Distância - SEED/MEC, extinta em 2011; e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi, extinta em 2019, financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Em 2008, cumprindo as orientações do MEC para o atendimento da demanda de formação de professores e de gestores públicos, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, foram disponibilizadas vagas para o provimento de professores para atuação específica junto aos cursos de EaD da UFMS.

Em virtude dessa expansão, foi publicado o Edital Preg nº 140/2008, que divulgava concurso para dezesseis vagas de docentes que foram lotados em 2009, na então Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância - CED/RTR, onde permaneceram até julho de 2011. Nesse mesmo ano, a UFMS passou por uma reestruturação e, de acordo com a Resolução nº 54, Conselho Universitário, de 8 de agosto de 2011, a CED/RTR, que era vinculada à Reitoria e funcionava como unidade de ensino voltou a fazer parte da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - Preg.

Em janeiro de 2017, com a alteração da Estrutura Organizacional da UFMS, por meio da Resolução nº 2, de 20 de janeiro de 2017, do Conselho Universitário, passou a denominação de Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores - Sedfor, cuja estrutura concentrava a EaD, formação de professores e tecnologias educacionais, voltando a integrar-se à estrutura da Reitoria.

A partir desse cenário, iniciou-se um processo de institucionalização dos cursos, que passaram a ter mais visibilidade dentro das unidades de ensino, com consequente envolvimento de docentes (vinculados ou não à EaD), técnicos administrativos, tutores e colaboradores para discutir as propostas para a modalidade dentro da UFMS. Em 2018, a UFMS filiou-se à Associação Universidade em Rede - UniRede e passou a integrar um grupo de instituições públicas de ensino superior que buscam unir esforços e compartilhar estratégias para avançar na democratização do acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade por meio da oferta de cursos a distância, promovendo a cooperação interinstitucional.

Em 2019, por meio da Resolução nº 94, Conselho Universitário, de 19 junho de 2019, foi aprovada alteração da Estrutura Organizacional da UFMS transformando a Sedfor na Secretaria Especial de Educação a Distância – Sead, ainda vinculada à Reitoria, com a definição de atividade meio, de apoio administrativo, tecnológico e pedagógico para ofertas de EaD, não só por meio da UAB, mas com abertura para outras parcerias e focalizando seus esforços,



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

principalmente, na implementação da EaD nos cursos presenciais.

No ano de 2020, a pandemia do coronavírus colocou em evidência a importância e o protagonismo das tecnologias digitais para os processos de ensino e aprendizagem na instituição, conforme já vinha sendo trabalhado de forma planejada desde 2017 com a criação da então Sedfor. As tecnologias utilizadas na EaD passaram a ser difundidas amplamente nos cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância, nas atividades administrativas, de pesquisa, extensão, eventos acadêmicos, dentre outros.

Novas necessidades de formação foram surgindo com novos desafios para a gestão institucional. Nesse período, a UFMS demonstrou protagonismo, responsabilidade e compromisso com a educação, sendo uma das três universidades federais do Brasil que conseguiu cumprir com todas as atividades acadêmicas, administrativas, de pesquisa e extensão no ano de 2020, graças ao planejamento articulado e ao suporte provido pela Sead em parceria com a Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação - Agetic.

No início de 2021, com a reestruturação institucional aprovada pela Resolução nº 76, Conselho Universitário, de 29 de dezembro de 2020, foi criada a Agência de Educação Digital e a Distância - Agead, com duas Secretarias: Secretaria de Tecnologias e Materiais Digitais - Setec e Secretaria de Inovação Pedagógica Digital - Seped. Essa mudança trouxe uma proposta moderna e inovadora, contribuindo para a transformação digital e cultural em todas as frentes de atuação da universidade, mobilizando conhecimentos e habilidades do mundo digital para a formação de profissionais em todas as áreas.

Em 2022, os Cursos de Graduação a distância da UFMS passaram a ser vinculados ao Programa Especial de Educação Digital e Inovadora no Ensino de Graduação, de acordo com os termos da Resolução nº 387, Cograd, de 19 de novembro de 2021, sob a coordenação da Agead. Este Programa também inclui oferta de cursos de graduação presenciais, sob demanda, desde que estejam relacionados diretamente às políticas de formação da Agead. Ainda em 2022, a Agead teve o ingresso de dois mil estudantes em cursos de graduação a distância por meio do Vestibular Digital, além de ingresso por meio do Sistema de Seleção Unificada - Sisu 2022 inverno.

O Programa UFMS Digital, implementado em 2023, por meio da Resolução nº 406-CD/UFMS, de 19 de julho de 2023, representa um salto na democratização e expansão do acesso ao ensino superior, principalmente no Estado de Mato Grosso do Sul. O Programa UFMS Digital tem como objetivo geral consolidar o conjunto de ações e projetos que se relacionam à política institucional de educação digital e a distância da UFMS visando o aprimoramento do ensino de graduação e pós-graduação, da pesquisa, da extensão, da inovação, do empreendedorismo e da sustentabilidade digital. Em 2023, o novo Vestibular Digital passou a atender alguns cursos de graduação presenciais. Neste ano, a Agead teve o ingresso de mais de três mil estudantes nos cursos de graduação a distância por meio do Vestibular Digital, do Sisu 2023 verão e do processo seletivo Quero Ser UFMS - QSU.

Ainda no início de 2023, a UFMS passou a compor o seleto grupo de instituições associadas à Asociación Iberoamericana de Educación Superior a Distancia - AIESAD. Como observado, são diversas as ações, não exclusivas, mas determinantes para que a UFMS tenha alcançado o conceito máximo no processo de Recredenciamento EaD, em visita virtual in loco do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC, realizada em maio de 2023.

Em 2023, a UFMS também filiou-se ao Conselho Internacional para Educação Aberta e a Distância - ICDE, uma organização global que promove a educação aberta, a distância e digital, com foco na inovação e inclusão educacional. Fundada em 1938, sua missão é apoiar instituições, governos e outras partes



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

interessadas no desenvolvimento e implementação de soluções educacionais acessíveis e de qualidade. O ICDE oferece uma plataforma de colaboração e troca de conhecimento entre seus membros, incentivando o uso de tecnologias digitais para ampliar o acesso à educação, garantir equidade e melhorar as práticas pedagógicas.

Em outubro de 2025, a UFMS conquistou o 1º lugar nacional no Prêmio Estrelas da Educação 2025, na categoria Instituição de Ensino Superior (IES) Pública de Destaque no Ensino a Distância. A premiação foi promovida pela startup Quero Educação, responsável pelo Guia da Faculdade, em parceria com o jornal O Estado de S. Paulo, e reconhece instituições, escolas e projetos que se destacam no cenário da educação brasileira, especialmente na expansão e qualificação da Educação Digital. Esse resultado reafirma o compromisso da UFMS com a inovação pedagógica, a qualidade acadêmica e a inclusão, ampliando o alcance e o impacto social de suas ofertas educacionais.

A partir de 1º de janeiro de 2026, conforme estabelecido pela Resolução nº 658, de 31 de dezembro de 2025, houve uma alteração na Estrutura Organizacional da UFMS. Com isso, a AGEAD passou a contar com mais uma secretaria, a Secretaria de Produção de Material Didático Digital, com a finalidade de fortalecer a produção de materiais didáticos digitais, ampliando a capacidade institucional da Agência no desenvolvimento, na gestão e na inovação de conteúdos educacionais para as modalidades a distância e presencial e de cursos livres, em consonância com as demandas do ensino mediado por tecnologias e com as diretrizes institucionais de educação digital e a distância da Universidade.

Assim, a história da Educação a Distância e da Educação Digital na UFMS revela um percurso marcado por planejamento institucional, expansão qualificada, inovação pedagógica e compromisso social. Desde as primeiras iniciativas até a consolidação da AGEAD como estrutura estratégica, a Universidade fortaleceu políticas, ampliou o acesso ao ensino superior e integrou tecnologias digitais às diferentes modalidades de oferta, reafirmando sua excelência acadêmica, capacidade de adaptação e protagonismo no cenário nacional da educação pública.

3.3. HISTÓRICO DO CURSO

A Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI/UFMS) configura-se como Programa Institucional de Extensão Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com a finalidade de organizar, promover e fortalecer ações integradas de ensino, pesquisa e extensão voltadas à valorização da pessoa idosa na sociedade, bem como à qualificação dos serviços e das políticas públicas destinadas a esse segmento populacional. O Programa articula-se à natureza multicampus da UFMS, à intersetorialidade e à interdisciplinaridade, pautando-se nos princípios da extensão universitária compreendida como processo educativo, cultural e científico indissociável do ensino e da pesquisa.

Nesse sentido, a UnAPI/UFMS promove o intercâmbio entre saberes acadêmicos e saberes produzidos em diferentes espaços sociais, contribuindo para a democratização do conhecimento científico e para a ampliação da participação ativa das pessoas idosas na vida acadêmica. Tal perspectiva reafirma o compromisso institucional da UFMS com a inclusão educacional, o envelhecimento ativo, a promoção da cidadania e a efetivação dos direitos da pessoa idosa.

A institucionalização da temática do envelhecimento na UFMS decorre do reconhecimento de que o envelhecimento populacional constitui um fenômeno humano complexo, crescente e irreversível no curto e médio prazo, produzindo impactos significativos na organização social e na formulação e execução de políticas públicas. A leitura crítica desse processo exige o alargamento das fronteiras tradicionais dos saberes técnicos e científicos, bem como a construção de práticas formativas interdisciplinares e socialmente referenciadas, capazes de responder às



múltiplas demandas da população idosa.

No âmbito institucional, esse percurso teve início em novembro de 2011, com a aprovação do Programa de Promoção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa (ProDiHPI-UFMS), no Edital de fluxo contínuo EXT/2011. Posteriormente, o Programa foi ampliado e avaliado nacionalmente no Edital PROEXT/2015 do Ministério da Educação, obtendo aprovação com nota máxima na Linha Temática Direitos Humanos, subtema Direitos Humanos da Pessoa Idosa. Em 2018, a criação do Programa Institucional Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI/UFMS) consolidou e ampliou esse histórico, fortalecendo o compromisso da UFMS com a promoção do envelhecimento ativo, crítico e participativo.

O Programa UnAPI/UFMS estrutura-se a partir de quatro eixos estratégicos interdependentes: (i) Inclusão Social, com atividades de extensão, cultura e esporte voltadas às pessoas idosas; (ii) Assistência, por meio de ações em saúde, orientação jurídica e atenção biopsicossocial; (iii) Formação e Aperfeiçoamento, com a oferta de cursos, oficinas e eventos formativos; e (iv) Divulgação e Popularização, voltado à democratização do conhecimento científico sobre o envelhecimento. É no âmbito do eixo de Formação e Aperfeiçoamento que se insere, de forma estratégica, o Curso Superior de Tecnologia em Educação Social.

O Curso de Tecnologia em Educação Social nasce, portanto, diretamente vinculado à trajetória histórica, política e acadêmica da UnAPI/UFMS, constituindo-se como resposta institucional às demandas formativas apresentadas pelas próprias pessoas idosas participantes do Programa, que historicamente reivindicam o acesso ao ensino superior público, presencial e socialmente referenciado. O Curso reconhece as pessoas idosas não apenas como público-alvo, mas como sujeitos de direitos, protagonistas de seus processos formativos e produtores de saberes.

Criado por meio da Resolução nº 419, Coun, de 1º de julho de 2025, o Curso está vinculado ao Programa Especial de Educação Digital e Inovadora no Ensino de Graduação e é ofertado sob a coordenação da Agência de Educação Digital e a Distância (Agead/UFMS). Contudo, atendendo às especificidades do público da UnAPI e às demandas expressas pelos idosos, o curso será ofertado na modalidade presencial, garantindo condições adequadas de acesso, permanência e participação acadêmica. Além disso, fortalece a integração entre ensino, pesquisa e extensão, ao possibilitar a vivência acadêmica no espaço universitário e a articulação direta com as ações desenvolvidas pela UnAPI/UFMS.

O primeiro processo seletivo está previsto para janeiro de 2026, com ingresso no primeiro semestre letivo de 2026.1, marcando um momento histórico para a UFMS ao institucionalizar, no âmbito da graduação presencial, uma proposta formativa construída a partir da escuta, da participação e do protagonismo das pessoas idosas vinculadas à Universidade Aberta à Pessoa Idosa.

4. NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

4.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO

A mesorregião Centro-Norte de Mato Grosso do Sul, antiga unidade de regionalização do IBGE que reúne 16 municípios nas microrregiões de Alto Taquari e Campo Grande, constitui o principal eixo demográfico e econômico do estado, concentrando parcela significativa da população e do Produto Interno Bruto sul-mato-grossense. Inserido nesse contexto, o município de Campo Grande, capital estadual e principal polo de serviços, educação e saúde da mesorregião, apresenta área territorial de 8.082,327 km² e população de 898.100 habitantes no Censo



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

Demográfico de 2022, com estimativa de 962.883 habitantes para 2025, o que resulta em densidade demográfica de 111,11 hab/km².

No que se refere às condições de desenvolvimento humano, Campo Grande alcança Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,784, classificado como alto e o mais elevado do estado, com bom desempenho nos componentes renda, educação e longevidade. Os indicadores educacionais apontam taxa de escolarização de 98,07% entre crianças de 6 a 14 anos, evidenciando ampla cobertura da educação básica na capital. A economia local é fortemente ancorada no setor terciário, comércio, serviços e administração pública, em articulação com o agronegócio regional, o que posiciona Campo Grande como principal polo econômico do estado. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita atingiu R\$ 37.916,06 em 2021 e o salário médio mensal dos trabalhadores formais correspondeu a cerca de 3,3 salários mínimos em 2022, reforçando o papel do município como centro regional de oferta de serviços especializados.

Do ponto de vista demográfico, a mesorregião acompanha a tendência nacional de envelhecimento populacional. Em Mato Grosso do Sul, as pessoas com 60 anos ou mais representam aproximadamente 14% da população estadual, o que corresponde a cerca de 391 mil habitantes, com crescimento superior a 60% desse contingente entre 2010 e 2022. Em Campo Grande, o Censo 2022 indica que 10,1% da população tem 65 anos ou mais, enquanto o grupo de 0 a 14 anos representa 20,5% e a população em idade ativa (15 a 64 anos) 69,2%, configurando uma estrutura etária em que a base da pirâmide se estreita e o topo se amplia. Essa transição demográfica evidencia a necessidade de ampliar políticas públicas e ações intersetoriais de proteção social, saúde, educação, cultura e lazer voltadas à população idosa, especialmente em contextos urbanos marcados por desigualdades socioeconômicas.

Embora os indicadores apontem avanços em desenvolvimento humano, renda e escolarização, persistem desigualdades significativas no interior da mesorregião Centro-Norte, expressas em diferenças de renda, acesso a serviços e oportunidades educacionais entre municípios, bairros e grupos sociais. Estudos recentes sobre envelhecimento em Mato Grosso do Sul evidenciam que, mesmo com taxas elevadas de alfabetização entre pessoas com 60 anos ou mais, há contingentes expressivos de idosos em situação de vulnerabilidade, com restrições no acesso a equipamentos públicos, atividades formativas e iniciativas socioculturais que promovam autonomia, participação e convivência intergeracional.

Nesse cenário, os indicadores socioeconômicos da mesorregião reforçam a necessidade de formação de profissionais de Educação Social capazes de compreender criticamente as relações entre desigualdades sociais, envelhecimento populacional e políticas públicas, planejando e desenvolvendo ações socioeducativas, culturais e comunitárias com pessoas idosas em diferentes territórios e instituições, em articulação com as redes locais de proteção social existentes.

4.2. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

A mesorregião onde se insere o município de Campo Grande localiza-se integralmente no bioma Cerrado, com forte articulação ecológica e hidrológica com o Pantanal sul-mato-grossense. No caso de Campo Grande, o território municipal é composto 100% por Cerrado e inserido na Região Hidrográfica do Paraná, o que evidencia a importância da conservação de nascentes, cursos d'água e remanescentes de vegetação nativa em um contexto de crescente urbanização.

Do ponto de vista urbano-ambiental, estudos recentes desenvolvidos na UFMS indicam que a capital vivencia de maneira intensa os efeitos das mudanças climáticas, em especial a maior frequência de eventos hidrológicos extremos (chuvas intensas em curto espaço de tempo), associados à expansão da malha urbana e à



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

insuficiência de áreas verdes para absorção e regulação das águas pluviais. A pesquisa de Justi (2024), ao avaliar 70 espaços verdes urbanos públicos de Campo Grande, aponta a necessidade de ampliar e qualificar tais áreas como estratégia para mitigação de alagamentos e enchentes, reforçando a centralidade de soluções baseadas na natureza no planejamento urbano sustentável.

Os indicadores de saneamento básico reforçam a existência de um quadro simultaneamente favorável e desafiador. De acordo com dados do Instituto Água e Saneamento e de plataformas de monitoramento do direito humano à água e ao saneamento, Campo Grande apresenta cobertura de abastecimento de água em torno de 97,4% da população, com cerca de 23,5 mil habitantes ainda sem acesso à rede; a cobertura de esgotamento sanitário atinge aproximadamente 87,6%, o que significa que o esgoto de mais de 112 mil moradores não é coletado; e a coleta de resíduos domiciliares alcança 98,7% dos habitantes, deixando em torno de 12 mil pessoas sem coleta regular. Ainda assim, entre 1996 e 2020 foram registradas 1.101 mortes por Doenças Relacionadas ao Saneamento Inadequado (DRSAI) no município, com 46 óbitos apenas no ano de 2020, evidenciando que a precariedade do saneamento ainda produz impactos significativos sobre a saúde da população, sobretudo em áreas periféricas.

No âmbito estadual, os indicadores socioambientais apontam um cenário de forte pressão sobre os biomas Cerrado e Pantanal, que estruturam a paisagem de Mato Grosso do Sul. Boletim técnico do CEMTEC (2024) registra aumento de 90,3% na área queimada do Cerrado/MS e de 1.567,7% no Pantanal/MS entre 2023 e 2024, com expressiva concentração de focos de calor em áreas de unidades de conservação, terras indígenas e regiões de pecuária extensiva. Esses dados dialogam com alertas nacionais e internacionais sobre a intensificação de queimadas e secas prolongadas na região, agravadas pelas mudanças climáticas e por práticas insustentáveis de uso e ocupação do solo, com repercussões diretas sobre a qualidade do ar, da água, da biodiversidade e das condições de vida das populações urbanas e rurais, inclusive das pessoas idosas.

Somam-se a isso desafios relacionados à drenagem urbana, ao manejo de águas pluviais e à gestão integrada de riscos – áreas em que ainda há lacunas de informação e de infraestrutura, segundo sistemas nacionais de monitoramento do saneamento básico. As chuvas intensas, combinadas com impermeabilização do solo, ocupação irregular de encostas e margens de córregos, e insuficiência de áreas verdes em determinados bairros, ampliam a vulnerabilidade socioambiental de comunidades periféricas, afetando de modo particular crianças, pessoas com deficiência e pessoas idosas, mais expostas a enchentes, desabamentos, ondas de calor e episódios de poluição atmosférica.

Nesse contexto, os indicadores socioambientais da região reforçam a pertinência da criação do Curso Superior de Tecnologia em Educação Social. A complexidade dos problemas ambientais, queimadas, mudanças climáticas, eventos hidrológicos extremos, desigualdade no acesso ao saneamento e à infraestrutura urbana, exige profissionais capazes de articular saberes socioambientais, educação popular, direitos humanos e políticas públicas, desenvolvendo ações socioeducativas em territórios urbanos e rurais, com atenção especial às necessidades e vulnerabilidades da população idosa.

4.3. ANÁLISE DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO

O Curso Superior de Tecnologia em Educação Social é uma graduação relativamente recente no sistema de educação superior brasileiro, oficialmente incorporada ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia no Eixo de Desenvolvimento Educacional e Social, na área de Intervenção Social. Essa inclusão indica o reconhecimento, pelo Ministério da Educação, de um campo profissional específico voltado à atuação socioeducativa em políticas públicas e em



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

organizações da sociedade civil.

O mapeamento da oferta nacional evidencia que a maior parte dos cursos superiores de tecnologia em Educação Social tem sido implementada por instituições privadas de ensino superior, predominantemente na modalidade a distância ou semipresencial, com abrangência nacional por meio de polos em diferentes estados. Observa-se, em paralelo, um movimento ainda incipiente de instituições públicas de educação superior no sentido de estruturar propostas formativas voltadas à Educação Social, especialmente na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, porém com número reduzido de experiências e grande diversidade de formatos, o que reforça o caráter emergente dessa área na educação superior pública.

No contexto da região Centro-Oeste e, em particular, de Mato Grosso do Sul, a oferta de formação superior específica em Educação Social permanece limitada. As consultas a bases públicas de dados e a documentos institucionais indicam a presença de cursos tecnológicos em Educação Social ofertados por instituições privadas, em geral na modalidade a distância ou semipresencial, com polos em Campo Grande e em outros municípios sul-mato-grossenses, mas não se identificam, até o momento da elaboração deste PPC, cursos de graduação em Educação Social ofertados por outras instituições públicas de ensino superior no estado.

Diante desse cenário, a criação do Curso Superior de Tecnologia em Educação Social na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na modalidade presencial, configura-se como iniciativa pioneira no âmbito da UFMS e da rede federal de educação superior em Mato Grosso do Sul, ampliando a oferta pública e gratuita de formação específica em Educação Social na mesorregião. O curso contribui, assim, para diversificar o quadro de graduações tecnológicas na região, garantir o acesso de estudantes a uma formação pública de qualidade e consolidar um polo de referência na articulação entre educação, políticas sociais e envelhecimento populacional, com ênfase na atuação junto à população idosa, sem restringir o campo de intervenção a esse segmento.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

5.1. DIMENSÕES FORMATIVAS

A formação no Curso Superior de Tecnologia em Educação Social organiza-se em torno de dimensões formativas articuladas entre si, visando à constituição de um perfil profissional crítico, comprometido com os direitos humanos e capaz de intervir em diferentes contextos socioeducativos. As dimensões técnica, política, de desenvolvimento pessoal, cultural, ética e social não se apresentam de forma isolada, mas se entrecruzam nos componentes curriculares, nas práticas de campo, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e nas experiências acadêmicas ao longo do curso, com ênfase nas demandas geradas pelo processo de envelhecimento populacional, sem restringir o campo de atuação à população idosa.

5.1.1. TÉCNICA

A dimensão técnica diz respeito ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e procedimentos necessários para planejar, executar, registrar, monitorar e avaliar ações socioeducativas em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Inclui a elaboração de diagnósticos socioterritoriais, planos de ação, projetos e programas; a condução de oficinas, grupos, rodas de conversa e



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

atividades intergeracionais; a produção de relatórios, diários de campo, pareceres e outros instrumentos de registro; bem como a leitura e uso crítico de sistemas e formulários próprios das políticas públicas.

Nessa dimensão, o curso busca capacitar o estudante para:

- selecionar e aplicar metodologias socioeducativas adequadas a distintos sujeitos e contextos, incluindo pessoas idosas em diferentes situações de vida;
- utilizar recursos pedagógicos variados (materiais impressos, linguagens artísticas, mídias digitais, tecnologias assistivas) para favorecer a participação e a aprendizagem;
- articular teoria e prática em processos de intervenção, com base em planejamento sistemático, acompanhamento e avaliação contínua das ações;
- utilizar, de forma pedagógica e crítica, tecnologias digitais da informação e comunicação e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/UFMS) como apoio à organização dos estudos, à comunicação e ao desenvolvimento de atividades acadêmicas.

5.1.2. POLÍTICA

A dimensão política refere-se à compreensão das determinações históricas, econômicas e sociais que estruturam a sociedade brasileira e produzem desigualdades, bem como à capacidade de analisar criticamente as políticas públicas e os marcos normativos que orientam a atuação profissional. Abrange o estudo da questão social, dos sistemas de proteção social, das políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos e, em particular, das políticas e legislações voltadas à pessoa idosa.

Nessa dimensão, o curso trata destas questões de forma interdisciplinar, priorizando:

- a formação para a leitura crítica das políticas sociais, identificando avanços, limites e desafios na garantia de direitos;
- o entendimento da Educação Social como prática articulada a políticas públicas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil;
- o estímulo à participação em espaços de controle social, conselhos, conferências, fóruns e coletivos;
- a compreensão dos impactos do envelhecimento populacional nas políticas públicas e nas formas de organização da vida social, favorecendo a proposição de ações que fortaleçam a cidadania e a participação política de diferentes sujeitos e grupos.

5.1.3. DESENVOLVIMENTO PESSOAL

A dimensão de desenvolvimento pessoal diz respeito ao processo de construção da identidade profissional e à formação integral do estudante como sujeito histórico, crítico e reflexivo. Envolve o desenvolvimento de autonomia intelectual, capacidade de análise, autoavaliação, gestão do tempo e do próprio percurso formativo, bem como de habilidades de comunicação, escuta sensível, empatia e manejo de conflitos.

Nessa perspectiva, o curso busca:

- incentivar a reflexão sobre a trajetória de vida, as motivações e os



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

- projetos profissionais dos estudantes;
- promover a consciência sobre o impacto das próprias ações no contexto de trabalho e nas vidas dos sujeitos atendidos;
- fortalecer competências socioemocionais importantes para o trabalho em Educação Social, como resiliência, responsabilidade, iniciativa, cooperação e abertura ao diálogo;
- estimular o compromisso com a formação continuada, reconhecendo a necessidade de atualização permanente diante das transformações sociais, tecnológicas e demográficas, incluindo os desafios postos pelo envelhecimento populacional.

O curso, nesta dimensão, desenvolve as seguintes atividades:

- seminários e oficinas sobre temáticas de desenvolvimento pessoal e profissional;
- atividades de Extensão que envolvam o desenvolvimento de ações ligadas às habilidades e centros de interesse dos estudantes;
- contabilização de carga horária em Atividades Complementares de atividades que atendam aos centros de interesses pessoais dos estudantes;
- oferta das disciplinas: Felicidade; Vida, Cidadania e Sustentabilidade; Qualidade de Vida, Lazer e Tempo Livre.

5.1.4. CULTURAL

A dimensão cultural compreende o reconhecimento da diversidade de expressões culturais, linguagens, identidades e pertencimentos presentes nos territórios e grupos com os quais o educador social atua. Considera a cultura como dimensão constitutiva da vida social e como campo privilegiado de produção de significados, memórias e projetos de futuro.

Nessa dimensão, o curso enfatiza:

- o respeito e a valorização das múltiplas identidades culturais, étnico-raciais, religiosas, geracionais, de gênero e de sexualidade, combatendo práticas discriminatórias e estigmatizantes;
- a compreensão da cultura como direito e como política pública, com atenção às produções culturais de grupos historicamente subalternizados;
- o uso de linguagens artísticas, expressivas e comunicacionais (música, teatro, literatura, audiovisual, cultura digital, entre outras) como mediadoras de processos socioeducativos;
- a valorização das culturas, saberes e memórias das pessoas idosas, estimulando práticas que favoreçam o diálogo intergeracional, a preservação de histórias de vida e a circulação de conhecimentos entre diferentes gerações.

Nesta dimensão, o curso desenvolve e estimula a participação dos alunos nas seguintes atividades:

- disciplinas optativas de cunho cultural ofertadas pelo curso;
- disciplinas optativas ofertadas por cursos pertencentes à Faculdade de Artes, Letras e Comunicação;
- participação de eventos e ações promovidas pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece) e por outras Unidades Setoriais da UFMS, bem como de outras universidades, tais como saraus, café



- filosófico, festivais musicais, teatros e cinema, rodas de leitura, etc;
- movimentos culturais organizados pela UFMS, Fundação da Cultura, bem como atividades culturais privilegiadas pela sociedade local e por movimentos que representam grupos sociais diversos.

5.1.5. ÉTICA

A dimensão ética diz respeito aos valores, princípios e referenciais que orientam a conduta do educador social nas relações com indivíduos, grupos, instituições e comunidades. Está ancorada na defesa dos direitos humanos, da dignidade da pessoa humana, da justiça social, da igualdade de oportunidades e do respeito à diversidade.

No âmbito dessa dimensão, o curso busca:

- fundamentar a prática profissional em princípios éticos que rejeitam qualquer forma de violência, preconceito, discriminação ou violação de direitos, incluindo o etarismo;
- discutir dilemas éticos presentes no cotidiano do trabalho socioeducativo, especialmente em contextos de vulnerabilidade e conflito;
- orientar quanto ao uso responsável de informações, registros e tecnologias, respeitando o sigilo, a privacidade e a autonomia dos sujeitos;
- promover a reflexão permanente sobre o posicionamento ético-político do educador social diante das desigualdades estruturais que afetam diferentes segmentos da população, entre eles as pessoas idosas.

O Curso busca a formação dos alunos de uma forma que os mesmos venham a atuar de maneira ética e humanizada, com uso responsável do conhecimento, sempre em benefício da coletividade. Além de ser trabalhado de maneira transversal nas demais disciplinas, o Curso oferece disciplinas obrigatórias como Ética, Cidadania e Sociedade e, Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade, buscando a formação de profissionais comprometidos com a ética em todas as áreas de atuação e até mesmo durante o curso, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul foi criado no âmbito desta Instituição pela Instrução de Serviço no 005, de 18 de fevereiro 1997, estando credenciado para exercer suas finalidades junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Ministério da Saúde desde o dia 18 de março de 1997. Conforme Resolução no 466, CNS, de 12 de dezembro de 2012, pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/Conep, que, ao analisar e decidir, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes. Os CEPs são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

O CEP é um órgão consultivo, educativo e fiscalizador. Os trâmites e processos dentro do Comitê de Ética seguem as normas estabelecidas nas resoluções e regulamentos próprios do comitê.

5.1.6. SOCIAL

A dimensão social refere-se à inserção do educador social na realidade concreta dos territórios, à compreensão das múltiplas expressões da questão social



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

e à atuação em processos coletivos de transformação. Relaciona-se à capacidade de ler criticamente o contexto, identificar demandas e potencialidades, articular redes e construir respostas socioeducativas em diálogo com os sujeitos e com as políticas públicas.

Nessa dimensão, o curso visa:

- desenvolver a habilidade de analisar condições de vida, relações de poder, conflitos e formas de organização social presentes nos diferentes territórios;
- fortalecer a atuação em rede, articulando ações entre serviços públicos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, coletivos e grupos comunitários;
- estimular a participação ativa dos estudantes em projetos de extensão, estágios, práticas de campo e pesquisas que dialoguem com problemas concretos da realidade local e regional;
- promover intervenções socioeducativas que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a ampliação da participação social e a melhoria das condições de vida de diferentes grupos, com atenção especial às necessidades e vulnerabilidades da população idosa.

O curso, nessa dimensão, desenvolve as relações pessoais, interpessoais, convivência em grupos, autodomínio, autoconhecimento, capacidade de concentração, respeito, iniciativa, determinação, autoestima, perseverança, competências voltadas para a conservação do meio ambiente, gerenciamento de conflitos, visão organizacional, respeito às diferenças, atendimento humanizado, etc.

Assim, as ações realizadas no curso para atingir os objetivos de inserção social dos acadêmicos e futuros profissionais, serão desenvolvidas durante o curso por meio de aulas teóricas e práticas educativas. Também será estimulada a participação em projetos de ensino, extensão e pesquisa, assim como, a participação em atividades articuladas e integradas às ações do Programa UnAPI/UFMS, reconhecido como espaço estratégico de formação, prática pedagógica e interação com a sociedade.

5.2. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES

A interdisciplinaridade constitui princípio orientador da organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Educação Social e se materializa em diferentes níveis – na proposição dos componentes curriculares, nas práticas de campo, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e na relação permanente com os territórios e políticas públicas em que o educador social atua. Busca-se superar a fragmentação dos saberes, favorecendo a leitura complexa da realidade social e das múltiplas expressões da questão social ao longo do curso da vida, com ênfase nas demandas decorrentes do envelhecimento populacional.

Para efetivar esse princípio, o curso adota as seguintes estratégias gerais de desenvolvimento de ações interdisciplinares:

1. **Organização de eixos formativos e temas geradores:** os componentes curriculares são articulados em eixos temáticos que envolvem fundamentos teórico-metodológicos, políticas públicas, territórios e práticas socioeducativas, permitindo que diferentes áreas do conhecimento (Educação, Serviço Social, Psicologia, Saúde, Direito, Comunicação, Artes, entre outras) dialoguem em torno de problemas concretos relacionados à Educação Social e ao envelhecimento.



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

2. **Planejamento integrado entre docentes:** são estimulados o planejamento coletivo e a construção de planos de ensino articulados, sob a coordenação do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), de modo a identificar conteúdos, atividades e avaliações passíveis de integração entre componentes, em especial na abordagem de temas transversais como direitos humanos, políticas sociais, envelhecimento e diversidades.
3. **Componentes e atividades integradoras:** o curso prevê componentes curriculares e/ou atividades integradoras que tomam como referência situações-problema reais dos territórios (equipamentos da assistência social, saúde, cultura, educação, organizações da sociedade civil), envolvendo estudantes e docentes de diferentes áreas na elaboração de diagnósticos, projetos e ações socioeducativas com indivíduos, grupos e comunidades, incluindo pessoas idosas.
4. **Práticas de campo com enfoque interdisciplinar:** as práticas desenvolvidas em serviços e equipamentos da rede de proteção social são organizadas de modo a favorecer o trabalho em equipe multiprofissional e o diálogo com outros cursos da UFMS, sempre que possível, permitindo que o estudante reconheça as especificidades e complementaridades dos diferentes campos profissionais na atenção a sujeitos e coletivos em situação de vulnerabilidade.
5. **Projetos de extensão e pesquisa articulados ao currículo:** incentiva-se a participação dos estudantes em projetos de extensão e pesquisa que envolvam diferentes unidades acadêmicas e áreas de conhecimento, voltados à Educação Social, aos direitos humanos e ao envelhecimento, assegurando o retorno das experiências à sala de aula por meio de estudos de caso, seminários temáticos, sistematizações e produção de materiais didáticos.
6. **Metodologias ativas e trabalho em grupo:** são valorizadas metodologias que favoreçam o trabalho colaborativo entre estudantes, a partir da análise de situações concretas, da elaboração de projetos, da construção de produtos socioeducativos e da realização de atividades em pequenos grupos, estimulando a interlocução entre diferentes perspectivas teóricas e práticas.
7. **Seminários, jornadas e atividades acadêmico-científico-culturais:** o curso promove ou participa de seminários, rodas de conversa, jornadas e semanas acadêmicas com temáticas relacionadas à Educação Social, às políticas sociais e ao envelhecimento, convidando docentes, pesquisadores, profissionais e representantes de movimentos sociais de distintas áreas, configurando espaços privilegiados de formação interdisciplinar.

Essas estratégias buscam garantir que a interdisciplinaridade não se restrinja a enunciados formais no PPC, mas se concretize no cotidiano do curso, contribuindo para a formação de educadores sociais capazes de articular conhecimentos diversos na construção de respostas críticas e criativas às demandas dos sujeitos e territórios com os quais atuam.

5.3. ESTRATÉGIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES COMPONENTES CURRICULARES

A integração entre as diferentes componentes curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Educação Social constitui princípio organizador da proposta pedagógica e objetivo permanente do processo de planejamento, execução e avaliação do currículo. Busca-se assegurar coerência interna entre os objetivos do curso, o perfil do egresso, as dimensões formativas e a matriz curricular, evitando a



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

fragmentação de conteúdos e favorecendo a articulação entre fundamentos teóricos, políticas públicas e práticas socioeducativas em distintos contextos, com ênfase nas demandas colocadas pelo envelhecimento populacional ao longo do curso da vida.

Para tanto, o Curso promove tanto a articulação horizontal quanto a vertical da formação. No interior de cada período letivo, os planos de ensino são elaborados de forma integrada pelos docentes, sob coordenação do Colegiado de Curso e com participação do Núcleo Docente Estruturante (NDE), de modo a identificar conteúdos, atividades e procedimentos de avaliação que possam ser trabalhados de forma complementar entre as componentes curriculares. Temas como direitos humanos, políticas sociais, envelhecimento e velhices, diversidades, território e redes de proteção são tratados de maneira transversal, permitindo ao estudante estabelecer relações entre diferentes campos de conhecimento. Ao longo dos semestres, a matriz é organizada de modo a garantir progressão formativa, partindo de componentes introdutórias, voltadas aos fundamentos teórico-metodológicos e à leitura de realidade, avançando para componentes que aprofundam políticas públicas, metodologias socioeducativas e estudos sobre envelhecimento, e culminando em componentes dedicadas à prática profissional, à pesquisa e à sistematização de experiências.

A integração também se concretiza por meio de planejamento pedagógico compartilhado e de reuniões periódicas entre docentes, coordenação e NDE, nas quais são discutidos o andamento do curso, dificuldades encontradas, possibilidades de articulação entre componentes e ajustes necessários. Nesses espaços são definidos temas integradores, atividades conjuntas, visitas técnicas, seminários, projetos e formas de avaliação que envolvam mais de uma componente curricular quando pertinente. Além disso, o curso prevê atividades integradoras que tomam como referência situações-problema dos territórios e dos serviços socioeducativos, envolvendo conteúdos de diferentes componentes na construção de diagnósticos, projetos e ações com indivíduos, grupos e comunidades, inclusive pessoas idosas, articulando fundamentos teóricos, análise de políticas, metodologias de intervenção e registro/sistematização.

As componentes de prática profissional (como observações, vivências, práticas de campo e projetos de intervenção) são planejadas em estreita relação com as componentes de fundamentos e de políticas públicas, garantindo que a inserção em serviços e territórios esteja sempre acompanhada de reflexão teórica e de discussão coletiva em sala de aula. A sistematização das experiências de campo retorna aos momentos teóricos por meio de relatórios, diários de bordo, estudos de caso, seminários e outras formas de socialização, reforçando a unidade entre teoria e prática. A integração entre ensino, pesquisa e extensão é igualmente estimulada, por meio da participação de estudantes em projetos que dialoguem com problemas concretos da realidade local e regional, em especial aqueles relacionados à Educação Social, aos direitos humanos e ao envelhecimento, trazendo para o interior do curso os resultados e aprendizados dessas ações.

Considerando as estratégias de integração das componentes curriculares do curso, ainda é possível articulá-las a atividades do Programa UnAPI/UFMS, Programa Institucional de Extensão Universitária, cujo objetivo é organizar, promover e fortalecer o desenvolvimento de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão com foco na valorização da pessoa idosa na sociedade e a qualificação dos serviços e das políticas sociais públicas voltadas a esse segmento populacional. Tal articulação é viável tendo em vista que a organização da UnAPI se preocupa com a inclusão social (atividades de extensão, cultura e esporte focadas nas pessoas idosas), a assistência (prestação de serviços em assistência à saúde, orientação jurídica e atenção biopsicossocial às pessoas idosas), a formação e o aperfeiçoamento (cursos e eventos formativos direcionados a estudantes e profissionais que atuam ou desejam atuar com pessoas idosas), a divulgação e a



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

popularização (ações de democratização e popularização dos conhecimentos científicos relacionados às pessoas idosas).

Por fim, a adoção de instrumentos comuns de acompanhamento do percurso formativo, como portfólios, registros de prática, planos de desenvolvimento e sínteses reflexivas, permite observar de forma integrada o desenvolvimento das competências previstas no perfil do egresso. Tais instrumentos contribuem para que docentes e estudantes identifiquem continuidades, lacunas e novas possibilidades de articulação entre as componentes curriculares, garantindo que todas elas funcionem como partes de um projeto formativo único, coerente e voltado à constituição de educadores sociais capazes de articular saberes diversos na construção de intervenções críticas, criativas e socialmente comprometidas.

5.4. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

O egresso do Curso Superior de Tecnologia em Educação Social constitui-se como profissional de nível superior capaz de planejar, desenvolver, acompanhar e avaliar processos socioeducativos com diferentes sujeitos e coletivos em situação de vulnerabilidade social, em variados contextos institucionais e comunitários. Sua formação ancora-se na teoria social crítica, na defesa dos direitos humanos e na consolidação da cidadania, atuando em políticas e programas nos campos da assistência social, educação, saúde, cultura, esporte, lazer, justiça, direitos humanos e afins, ao longo do curso da vida, com atenção especial às pessoas idosas e ao fenômeno do envelhecimento populacional, sem restringir, contudo, sua área de atuação a esse segmento.

Espera-se que o egresso seja capaz de:

1. Compreender criticamente as múltiplas expressões da questão social e as desigualdades que afetam diferentes grupos populacionais, nas dimensões de classe, raça/etnia, gênero, território, geração e outras marcadores sociais, analisando seus impactos na vida cotidiana de crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas.
2. Planejar, desenvolver, mediar e avaliar ações socioeducativas e culturais relacionadas aos direitos humanos e à cidadania, voltadas a diversos públicos em diferentes contextos institucionais e comunitários (serviços de assistência social, saúde, cultura, esporte e lazer, educação, socioeducação, organizações da sociedade civil e movimentos sociais), assegurando, quando pertinente, a adequação dessas ações às especificidades das pessoas idosas.
3. Identificar situações de vulnerabilidade e violação de direitos que envolvam sujeitos e coletivos em distintos ciclos da vida, realizar encaminhamentos responsáveis às redes de proteção social e acompanhar, inclusive por meio de plataformas governamentais, o acesso a programas, benefícios e serviços disponíveis nas políticas públicas e em organizações da sociedade civil, incluindo aqueles voltados à população idosa.
4. Elaborar diagnósticos e registros socioeducativos, investigando trajetórias familiares, escolares, laborais, comunitárias e institucionais, e utilizando de forma ética documentos, sistemas governamentais, mídias digitais e outras tecnologias de informação, com vistas à proteção de direitos, à preservação da vida e ao fortalecimento de vínculos sociais.
5. Articular e desenvolver projetos e ações intersetoriais com equipes multiprofissionais e interdisciplinares, em organizações públicas, privadas e não governamentais, movimentos sociais e coletivos, contribuindo para a qualificação das políticas e programas de Educação Social e para a atenção às demandas decorrentes do envelhecimento



- populacional.
6. Utilizar metodologias participativas, dialógicas e inclusivas, adequando linguagens, recursos didáticos, linguagens artísticas e tecnologias de informação e comunicação às características socioculturais dos diferentes públicos com os quais atua, incluindo adaptações necessárias ao trabalho socioeducativo com pessoas idosas, de modo a favorecer o protagonismo, a autonomia, a convivência familiar e comunitária e o fortalecimento de vínculos.
 7. Atuar com base em princípios ético-políticos de respeito à dignidade humana, à diversidade e à não discriminação em suas múltiplas formas (racismo, sexismo, etarismo/idadeísmo, capacitismo, LGBTI+fobia, entre outras), alinhando-se aos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais de proteção social, especialmente àqueles que asseguram direitos às pessoas idosas.
 8. Produzir, sistematizar e socializar conhecimentos sobre Educação Social e direitos humanos, participando de ações de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas, programas e projetos voltados a diferentes segmentos populacionais, com inclusão de estudos e práticas relacionadas ao envelhecimento e às velhices.
 9. Exercitar permanente postura crítico-reflexiva sobre a própria prática profissional, assumindo o compromisso com a formação continuada, com a defesa dos direitos humanos e com a melhoria das condições e da qualidade de vida de indivíduos, famílias, grupos e comunidades, com atenção particular às necessidades, potencialidades e direitos das pessoas idosas.

5.5. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Formar profissionais de Educação Social fundamentados na teoria social crítica, aptos a compreender, analisar e enfrentar as múltiplas expressões da questão social, atuando de modo crítico diante das requisições e demandas que se colocam à profissão nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, em especial no campo das políticas sociais, articulando de forma integrada as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e considerando as necessidades de sujeitos e coletivos ao longo do curso da vida, com atenção às demandas decorrentes do envelhecimento populacional.

Objetivos específicos:

- Compreender, na perspectiva da totalidade social, as determinações econômicas, políticas, culturais e históricas que estruturam a sociedade brasileira e produzem a questão social como elemento constitutivo da sociabilidade capitalista.
- Analisar as múltiplas expressões da questão social na realidade brasileira, evidenciando como classe, raça/etnia, gênero, geração, território e outras marcas sociais produzem desigualdades e vulnerabilidades ao longo do curso da vida, incluindo, entre outros, os impactos sobre crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas.
- Compreender o processo de formação do Estado brasileiro e suas relações assimétricas com outros países da América Latina, identificando seus impactos na configuração dos sistemas de proteção social e das políticas públicas voltadas a diferentes segmentos



- populacionais, entre eles a população idosa.
- Capacitar profissionais de Educação Social para atuarem em diferentes espaços sócio-ocupacionais, especialmente na formulação, execução, gestão e avaliação de ações, programas e serviços socioeducativos, em políticas e iniciativas voltadas a diversos públicos, incluindo ações específicas dirigidas à população idosa, bem como no desenvolvimento de atividades de assessoria e consultoria a instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil.
- Desenvolver profissionais com capacidade analítica, investigativa e propositiva, capazes de construir respostas profissionais ancoradas na articulação indissociável das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, em diálogo com as realidades dos diferentes sujeitos e territórios.
- Formar profissionais comprometidos com os princípios éticos, os direitos humanos e sociais e a dignidade da pessoa humana em todas as fases da vida, respeitando a diversidade e os marcos legais e normativos que orientam a atuação crítica e responsável na Educação Social, com atenção especial à proteção e à promoção dos direitos das pessoas idosas.
- Os egressos devem ser capazes de exercer a cidadania, estando capacitados a cuidar do meio ambiente local, regional e global, em busca do equilíbrio do meio.

5.6. METODOLOGIAS DE ENSINO

As metodologias de ensino do Curso Superior de Tecnologia em Educação Social são concebidas a partir de uma perspectiva crítico-emancipatória, em que o estudante é compreendido como sujeito ativo do processo formativo. A proposta pedagógica valoriza a problematização da realidade, a leitura crítica dos territórios e das políticas públicas, bem como a articulação constante entre teoria e prática, de modo a aproximar o processo de ensino-aprendizagem das situações concretas vivenciadas nos diferentes contextos socioeducativos.

Nesse horizonte, as aulas presenciais privilegiam abordagens dialógicas, com uso de exposições orientadas, seminários, debates, rodas de conversa, estudo dirigido de textos, análise de documentos legais e de materiais produzidos em serviços e movimentos sociais. Tais estratégias buscam romper com a centralidade exclusiva da aula expositiva tradicional, estimulando a participação, a argumentação, a escuta qualificada e a construção coletiva de conhecimentos a partir das experiências e saberes que os estudantes trazem de seus contextos de vida e trabalho.

A problematização e o estudo de caso são metodologias centrais, permitindo que situações reais do campo da Educação Social, especialmente aquelas que envolvem a garantia de direitos, o enfrentamento das desigualdades e as questões relacionadas ao envelhecimento e às velhices, sejam analisadas à luz de referenciais teóricos e normativos. A partir dessas situações, os estudantes são convidados a elaborar hipóteses de intervenção, projetos, planos de ação e estratégias de mediação socioeducativa, exercitando a articulação entre os fundamentos estudados e as exigências concretas da prática profissional.

Os componentes curriculares articulam, ainda, atividades de pesquisa e extensão como parte do processo formativo, por meio de levantamentos de campo, entrevistas, mapeamentos socioterritoriais, diagnósticos participativos, sistematização de experiências e produção de materiais didáticos e de comunicação voltados a diferentes públicos. Essas atividades, quando desenvolvidas em parceria com serviços da rede de proteção social, organizações da sociedade civil, conselhos



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

de direitos e movimentos sociais, permitem que os estudantes vivenciem desde cedo o trabalho em equipe multiprofissional e intersetorial, em especial nas ações direcionadas à população idosa.

As práticas de campo e demais atividades externas são entendidas como momentos privilegiados de aprendizagem, nos quais o contato com usuários, famílias, grupos, comunidades e instituições é acompanhado de processos reflexivos em sala de aula. O retorno dessas experiências ocorre por meio de diários de campo, relatórios, portfólios, estudos de caso, rodas de devolutiva e socialização, nos quais os estudantes analisam criticamente suas intervenções, identificam limites e potencialidades e reelaboram suas compreensões sobre o trabalho socioeducativo.

O Curso também faz uso de recursos e ambientes digitais como apoio ao processo de ensino-aprendizagem, especialmente o Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFMS (AVA/UFMS), para disponibilização de materiais, proposição de atividades complementares, realização de fóruns de discussão e acompanhamento de estudos. O uso de tecnologias da informação e comunicação é orientado por uma perspectiva crítica e inclusiva, considerando as condições concretas de acesso, os diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes e a necessidade de que futuros educadores sociais desenvolvam competências para mediar processos formativos que incluam sujeitos com distintas trajetórias, entre eles pessoas idosas com variados níveis de familiaridade com o mundo digital.

De modo articulado a essas estratégias, são incentivadas metodologias que favoreçam o trabalho em grupo, a cooperação e a construção coletiva de produtos (projetos, sequências de atividades, oficinas, materiais educativos, intervenções em serviços e territórios), consolidando uma cultura acadêmica pautada na corresponsabilidade pelo processo formativo. A escolha das metodologias, em cada componente curricular, leva em conta os objetivos de aprendizagem, as dimensões formativas priorizadas, o estágio de desenvolvimento da turma e a realidade dos estudantes, mantendo como referência permanente o compromisso com a formação de educadores sociais críticos, criativos e comprometidos com a defesa dos direitos humanos e com a qualificação das políticas sociais ao longo do curso da vida, com especial atenção à população idosa.

Seguindo a prerrogativa do Decreto nº 12.456/2025, da Portaria MEC nº 378/2025 e nº 506/2025, que estabelecem as diretrizes e procedimentos sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais, os componentes curriculares do Curso poderão ter carga horária parcial ou total na modalidade a distância, observado o limite de CH previsto no Decreto nº 12.456/2025 e demais normativas institucionais, mantendo no mínimo 70% da carga horária em atividades presenciais e no máximo 30% em EaD.

As componentes curriculares serão ministradas por profissionais capacitados, com formação específica, com material didático validado, com metodologias inovadoras e uso integrado de tecnologias digitais. O plano de ensino deverá prever a distribuição clara da carga horária entre atividades presenciais, síncronas mediadas e assíncronas, bem como as metodologias, objetivos, materiais, formas de mediação/tutoria e critérios de avaliação.

As atividades síncronas mediadas observarão a definição legal: grupos de até 70 estudantes por docente ou mediador pedagógico, com controle de frequência. As unidades curriculares com oferta parcial ou total em EaD terão duração mínima de 10 semanas e incluirão pelo menos uma avaliação de aprendizagem presencial. As avaliações presenciais e as provas optativas não integram o cômputo da carga presencial do curso.

A oferta EaD será conduzida por docentes devidamente credenciados e capacitados pela UFMS e com material didático validado pela Equipe Multidisciplinar de Validação de Material Didático. A mediação pedagógica poderá contar, além



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

do docente ministrante, com mediadores pedagógicos com formação adequada, preferencialmente em nível de pós-graduação e apoio de tutores para tarefas administrativas, sem funções de mediação pedagógica. A composição das equipes será compatível com o número de estudantes e com os critérios de avaliação externa.

O desenvolvimento das atividades ocorrerá prioritariamente no Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFMS (AVA UFMS) e em ferramentas institucionais acessíveis, que centralizam conteúdos, atividades, interações e registros acadêmicos, assegurando acessibilidade e acompanhamento do percurso formativo.

Os conteúdos programáticos previstos na ementa são organizados no AVA UFMS, com materiais didáticos digitais, atividades a distância, síncronas e assíncronas, que visam o atendimento dos objetivos de aprendizagem previstos no plano de ensino.

A avaliação da aprendizagem considerará a natureza das atividades presenciais e a distância, adotará instrumentos coerentes com os objetivos da disciplina e identificação segura do estudante nas avaliações presenciais, em conformidade com as normas institucionais e o novo marco regulatório. A UFMS, por meio da Agead e das instâncias acadêmicas, manterá processos de capacitação docente, credenciamento específico para EaD e monitoramento contínuo do AVA e da atuação de mediação, visando aperfeiçoamento permanente das ofertas.

Em relação aos estudantes que possam requerer quaisquer tipos de necessidades educacionais especiais, provenientes de deficiências, altas habilidades, superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, em especial o Transtornos do Espectro Autista (TEA), a metodologia de ensino está sujeita a variar de acordo com as necessidades específicas de cada estudante, considerando seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas bem como sua trajetória escolar e estratégias anteriormente desenvolvidas diante de suas necessidades. Para a situação que se apresentar durante o curso, serão observadas as demandas identificadas pelo acadêmico e por seus professores. Para estes estudantes, serão considerados os princípios do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que visa oferecer meios para que os grupos citados (pessoas com deficiências, altas habilidades, superdotação e TEA) possam ter subsídios que garantam mais que o acesso, mas a permanência e o sucesso na formação do Ensino Superior. A metodologia de ensino do AEE é dinâmica, pois analisa o resultado das ações a fim de se manter o que favorece o desempenho acadêmico e/ou planejar novas ações. Essas ações ocorrem por meio da parceria dos cursos de graduação com a Secretaria de Acessibilidade, Desenvolvimento Inclusivo e Suporte Estudantil (Sedise). A metodologia do ensino nas aulas regulares dos cursos da UFMS também segue estas diretrizes, pois cabe à equipe da Sedise, quando solicitada, formular orientações referentes às necessidades educacionais especiais dos estudantes com deficiências, altas habilidades e/ou TEA, ajudando os docentes dos cursos a elaborar estratégias que permitam um ensino mais inclusivo.

5.7. AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem no Curso Superior de Tecnologia em Educação Social é concebida como processo contínuo, diagnóstico e formativo, articulado ao projeto pedagógico do curso, às dimensões formativas e às metodologias de ensino adotadas. Mais do que verificar a memorização de conteúdos, busca-se acompanhar o desenvolvimento gradual das competências, habilidades e atitudes previstas no perfil do egresso, considerando a capacidade de articular fundamentos teóricos, posicionamento ético-político e procedimentos técnico-operativos na leitura e na intervenção em realidades concretas, com ênfase nas demandas relacionadas ao envelhecimento populacional ao longo do curso da



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

vida.

Nessa perspectiva, a avaliação ocorre ao longo de todo o percurso formativo, por meio de diferentes instrumentos e procedimentos, a serem definidos nos planos de ensino de cada componente curricular, em conformidade com a legislação vigente e com as normas institucionais da UFMS. Podem ser utilizados, entre outros, trabalhos escritos individuais e em grupo, estudos dirigidos, provas discursivas, seminários, elaboração de projetos, produção de materiais socioeducativos, estudos de caso, diários de campo, relatórios de práticas, portfólios, autoavaliação e avaliação por pares. A escolha dos instrumentos considera os objetivos de aprendizagem de cada componente, o estágio de desenvolvimento da turma e as especificidades das atividades propostas, garantindo diversidade de formas de expressão e de demonstração de aprendizagem.

A avaliação das práticas de campo e das demais atividades externas assume lugar privilegiado no curso, uma vez que permite observar a postura do estudante em situações reais de trabalho socioeducativo. Nessas atividades, são considerados critérios como participação, assiduidade, responsabilidade, capacidade de trabalho em equipe, escuta qualificada, respeito à diversidade, compromisso ético, capacidade de estabelecer relações entre teoria e prática, elaboração de registros consistentes e sistematização crítica das experiências. A análise desses elementos é realizada a partir de instrumentos previamente explicitados no plano de ensino, assegurando transparência e clareza quanto às expectativas formativas.

Em todas as componentes curriculares, a devolutiva ao estudante é entendida como parte constitutiva da avaliação. Os resultados obtidos são discutidos individual e coletivamente, buscando-se indicar avanços, fragilidades e possibilidades de aprimoramento, de modo a orientar o estudo, a reorganização das estratégias de ensino e, quando necessário, a proposição de atividades de recuperação da aprendizagem, também em consonância com a regulamentação institucional. A avaliação, nesse sentido, cumpre dupla função: orientar o estudante em seu percurso de formação e subsidiar o docente e o colegiado de curso na revisão permanente de práticas pedagógicas, conteúdos e estratégias de acompanhamento.

A dimensão processual da avaliação não exclui a necessidade de momentos de síntese que se expressem em resultados quantitativos, quando assim determinado pela normativa institucional. No entanto, tais resultados devem refletir um percurso de acompanhamento e não apenas desempenhos pontuais, sendo construídos a partir de critérios previamente explicitados, coerentes com os objetivos de cada componente e com o projeto pedagógico do curso. São observados, ainda, os critérios de frequência e demais exigências acadêmicas estabelecidas pela UFMS para aprovação e integralização curricular.

Por fim, a avaliação no curso também se volta à análise do próprio processo formativo. São incentivados mecanismos institucionais de avaliação do curso, dos componentes curriculares, das metodologias de ensino e das condições de oferta (infraestrutura, materiais, acesso a tecnologias, organização das práticas de campo), com participação ativa dos estudantes, docentes e demais sujeitos envolvidos. Os resultados dessas avaliações são discutidos no âmbito do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo do PPC e para a qualificação da formação de educadores sociais comprometidos com a defesa dos direitos humanos, com a justiça social e com a melhoria das condições de vida, em especial das pessoas idosas e de outros grupos em situação de vulnerabilidade.

Para os estudantes público-alvo da educação especial, as avaliações serão planejadas e realizadas com flexibilidade de tempo, recursos e instrumentos, conforme as necessidades identificadas pela equipe pedagógica e pela SEDISE/PROAES. Serão utilizados formatos diversificados de avaliação, como



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

atividades orais, visuais, práticas e colaborativas, que favoreçam a expressão das aprendizagens de diferentes modos. Além disso, a linguagem utilizada nos instrumentos avaliativos será inclusiva, clara e adequada, reforçando o compromisso institucional com uma educação equitativa e de qualidade para todos.

6. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1. ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Art. 46, do Estatuto da UFMS, aprovado pela Resolução nº 93, Coun, de 28 de maio de 2021, e pelo Regimento Geral da UFMS (Art. 16, Seção I do Capítulo V) a Coordenação de Curso do Curso de Graduação será exercida em dois níveis:

- a) em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso;
- b) em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

De acordo com o Art. 14 do Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 137, Coun, de 29 de outubro de 2021, compõem o Colegiado de Curso de Graduação: quatro docentes da Carreira do Magistério Superior lotados na Unidade da Administração Setorial de oferta do curso, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e um representante discente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Ainda, o Art. 16 do Regimento estabelece que ao Colegiado de Curso de Graduação compete:

- I - aprovar os Planos de Ensino das disciplinas da estrutura curricular do Curso;
- II – garantir coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso;
- III – manifestar sobre as alterações do Projeto Pedagógico do Curso;
- IV – aprovar as solicitações de aproveitamento de estudos;
- V – aprovar o Plano de Estudos dos estudantes;
- VI – manifestar sobre a alteração, a suspensão e a extinção do Curso;
- VII – propor estratégias para atingir as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrado ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e ao Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), em relação aos indicadores de desempenho do curso;
- VIII - fixar normas em matérias de sua competência; e
- IX – resolver, na sua área de competência, os casos não previstos no Art. 16.

6.2. ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com o art. 6º da Resolução nº 537/2019, Cograd, são atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - propor estratégias de integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - sugerir ações no PPC que contribuam para a melhoria dos índices de desempenho do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação;



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

V - atuar no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, na realização de estudos visando a atualização periódica, a verificação do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e na análise da adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e

VI - referendar e assinar Relatório de Adequação de Bibliografia Básica e Complementar que comprove a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, nas bibliografias básicas e complementares de cada Componente Curricular.

VII – Elaborar a cada 2 anos relatório de acompanhamento do PPC.

6.3. PERFIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Este Curso Superior de Tecnologia é vinculado ao Programa Especial de Educação Digital e Inovadora (Resolução Cograd nº 387/2021) onde a coordenação geral é responsabilidade da Agência de Educação Digital e a Distância - Agead.

De acordo com o Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 137, Coun, de 29 de outubro de 2021 (Art. 15), os Cursos de Graduação vinculados a Programas Especiais têm como órgão deliberativo e normativo o Colegiado Especial de Curso. Além disso, os membros docentes do Colegiado Especial de Curso deverão ser integrantes da Carreira do Magistério Superior da UFMS, lotados em qualquer Unidade da UFMS, designados pelo Reitor, e por fim, a Coordenação de Curso será responsabilidade do Presidente do referido Colegiado Especial.

Por se tratar de curso vinculado a Programa Especial, a função de coordenação corresponde à Presidência do Colegiado Especial de Curso, com mandato de dois anos, permitida a recondução, conforme previsto nas normas institucionais vigentes. Essa organização assegura unidade decisória, coerência pedagógica e integração entre a gestão acadêmica do curso e as diretrizes estratégicas do Programa UFMS Digital.

A Coordenação do Curso exerce suas atribuições em conformidade com o Art. 20 da Resolução nº 137-Coun/UFMS, competindo-lhe, entre outras funções: convocar e presidir as reuniões do Colegiado Especial de Curso; executar as deliberações colegiadas; gerenciar o curso, a vida acadêmica e o desempenho dos estudantes; acompanhar a execução do Projeto Pedagógico do Curso; elaborar estudos para compatibilização das cargas horárias e dos planos de ensino dos componentes curriculares; encaminhar às Unidades da Administração Setorial as demandas de oferta de disciplinas; assessorar as Unidades da Administração Central e Setorial em assuntos de administração acadêmica; acompanhar os indicadores de desempenho do curso previstos no PDI, no PPI e no Plano de Desenvolvimento da Unidade; coordenar a matrícula dos estudantes; e zelar pela fidedignidade das informações registradas nos sistemas acadêmicos institucionais.

As atribuições da Coordenação também estão detalhadas no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ação do Coordenador, instrumento de planejamento que orienta o acompanhamento sistemático das atividades da Coordenação, do Colegiado Especial de Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Esse plano considera os resultados da autoavaliação institucional, bem como os dados provenientes de avaliações externas, como insumos para o aprimoramento contínuo do curso, garantindo coerência entre planejamento, execução e avaliação.

Para o exercício de suas funções, a Coordenação do Curso possui acesso aos sistemas institucionais de gestão acadêmica e administrativa da UFMS, com autenticação realizada por meio do Passaporte UFMS (<https://passaporte.ufms.br>). Esses sistemas permitem o monitoramento das atividades docentes e discentes, o acompanhamento da oferta de componentes curriculares, o controle acadêmico e a gestão de informações estratégicas do Curso.



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

Nos termos da Resolução do Conselho Diretor nº 78, de 18 de setembro de 2020, que aprova o Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS, a Coordenação do Curso utiliza, entre outros, os seguintes sistemas institucionais:

Sistema Acadêmico de Graduação – Siscad (<https://siscad.ufms.br>)
Sistema Eletrônico de Informações – SEI (<https://sei.ufms.br>)
Números UFMS (<https://numeros.ufms.br>)
Indicadores de Qualidade Institucional (<https://diavi.ufms.br>)
Sistema de Informação e Gestão de Projetos – Sigproj
(<https://sigproj.ufms.br>)
Sistema de Certificados – Sicert (<https://certificados.ufms.br>)
Sistema de Avaliação Institucional – SIAI (<https://siai.ufms.br>)
Catálogo do Sistema de Bibliotecas – Pergamum
(<https://pergamum.ufms.br>)
Boletim Oficial (<https://boletimoficial.ufms.br>)
Repositório Institucional da UFMS (<https://repositorio.ufms.br>)
Sistema de Agendamento de Espaços Físicos
(<https://agendamentos.ufms.br>)
Conta Institucional Google Workspace for Education; e o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA UFMS (<https://ava.ufms.br>)

A UFMS disponibiliza à Coordenação de Curso um conjunto amplo de relatórios acadêmicos e gerenciais, especialmente por meio do Siscad, que subsidiam o acompanhamento sistemático do curso e a tomada de decisões. Entre as informações acessíveis estão dados sobre ingressantes, matriculados, diplomação, retenção e evasão; situação acadêmica dos estudantes; desempenho por componente curricular; ofertas de disciplinas; previsão de vagas; situação em relação ao Enade; e indicadores institucionais consolidados.

Com base nesses dados e relatórios, a Coordenação do Curso realiza avaliações contínuas do funcionamento acadêmico, identifica desafios e propõe ações de melhoria, em articulação com o Colegiado Especial de Curso, o NDE e as instâncias institucionais competentes. Esse processo é orientado pela Instrução Normativa Conjunta PROGRAD/PROPP nº 3, de 15 de maio de 2023, que institui o Plano de Ação da Coordenação de Curso e estabelece diretrizes para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações acadêmicas, assegurando alinhamento ao PDI, ao PPI, ao PDU e ao Projeto Pedagógico do Curso.

6.4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A organização acadêmico-administrativa no âmbito da UFMS encontra-se descrita no Manual de Competências UFMS. O controle acadêmico encontra-se atualmente informatizado e disponibilizado aos professores e às coordenações de cada curso de graduação. O acesso ao Sistema de Controle Acadêmico e Docente (Siscad) funciona como um diário eletrônico com login e senha próprios e o acesso se dá através de qualquer dispositivo eletrônico conectado à Internet (computador, tablet, smartphone, etc.). Nele, os professores lançam o plano de ensino de cada disciplina, o calendário de aulas, as ausências e presenças, o critério e fórmula de cálculo das diferentes avaliações e o lançamento de notas e conteúdos.

A Coordenação de Curso tem acesso a qualquer tempo aos dados das componentes curriculares, permitindo um amplo acompanhamento do desenvolvimento e rendimento dos estudantes do Curso, por meio dos seguintes relatórios:

- Acadêmicos por situação atual;
- Estudantes que estiveram matriculados no período informado;



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

- Histórico Escolar do estudante em todo o Curso ou no período letivo atual;
- Relação dos estudantes por disciplina;
- Relação dos endereços residenciais, título eleitoral e demais dados cadastrais dos estudantes;
- Relação dos estudantes com respectivo desempenho no Curso comparando seu desempenho individual com a média geral do Curso.

É disponibilizado ainda, neste Sistema, um programa específico para verificação da carga horária cumprida pelos estudantes dos cursos avaliados pelo Enade, com a finalidade de listar os estudantes habilitados, das séries iniciais e da última, conforme a Portaria MEC de cada ano que regulamenta a sua aplicação.

No âmbito das Unidades de Administração Setorial, os Cursos de graduação da UFMS contam com o apoio da Coordenação de Gestão Acadêmica (Coac), que é a unidade responsável pela coordenação das atividades de gestão acadêmica da Unidade da Administração Setorial (UAS).

Dentre as competências da Coac estão:

- Assessorar e colaborar com a Direção da UAS no planejamento das atividades de gestão acadêmica de todos os cursos e de assistência estudantil da Unidade;
- Assistir à Direção da UAS no atendimento às demandas acadêmicas relacionadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação;
- Coordenar o processo de organização e integração dos programas das disciplinas dos cursos existentes na UAS;
- Coordenar as atividades de controle escolar e os processos relacionados à matrícula, desligamento, defesa, colação de grau, emissão e registro de diploma, e secretariar cerimônias de colação de grau;
- Orientar os estudantes da unidade quanto às normas e procedimentos da instituição;
- Gerenciar os requerimentos acadêmicos quanto ao recebimento, tramitação e cumprimento de prazos fixados, e a emissão de documentos relacionados, etc.

No âmbito de cada Unidade também há uma Secretaria de Acompanhamento Acadêmico (SEAAC), que é a unidade responsável pela orientação, acompanhamento e execução das atividades de controle escolar e de apoio às atividades de gestão acadêmica nas Unidades da Administração Setorial. O planejamento pedagógico do Curso, bem como, a distribuição de disciplinas, aprovação dos planos de ensino, entre outros, é realizado pelo Colegiado de Curso. Além disso, o Colegiado de Curso, bem como a coordenação acompanham o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para que todas as componentes curriculares sejam atendidas.

6.5. ATENÇÃO AOS DISCENTES

Para auxiliar o estudante em sua trajetória acadêmica são ofertadas ações, programas e políticas para atender às demandas e Necessidades pedagógicas, administrativas e sociais, a saber:

Acolhimento: é realizado o acolhimento e identificação das necessidades dos acadêmicos, bem como orientação, entrevistas, visitas domiciliares (se necessário) e avaliação social dos estudantes para acesso aos auxílios de Assistência Estudantil oferecidos pela UFMS. Adicionalmente, são oferecidos atendimentos psicológicos onde os profissionais da UFMS realizam o acolhimento, a escuta e a orientação. Esses atendimentos oportunizam um espaço aberto à diversidade e à pluralidade de demandas, como uma possibilidade de acolhimento



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

do estudante e de seu sofrimento. Destaca-se o acolhimento realizado na recepção institucional, quando são organizadas programações específicas preparadas por cada unidade, e realizadas ações de boas-vindas com rodas de conversa, ações solidárias, sustentáveis e ações culturais. Têm sido organizadas ilhas temáticas nas quais os estudantes podem, de forma dinâmica e interativa, se informar sobre os diversos setores, serviços e ações oferecidas pela UFMS.

Permanência: ações que viabilizam a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e reduzindo as taxas de evasão e retenção. Foram criados e são concedidos auxílios financeiros para permanência tais como: Moradia; Creche; Alimentação; Transporte; Auxílio para Participação de Estudantes em Eventos; Programa de Bolsa Permanência (PBP); Bolsa Permanência para estudantes negros; Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes); e Auxílio para Estudantes com Deficiência. Seguindo com o objetivo de permanência e assistência aos estudantes, ressalta-se a reforma do Restaurante Universitário da Cidade Universitária, ampliação do Restaurante Universitário do Câmpus de Três Lagoas e a implementação do Restaurante Universitário do Câmpus de Aquidauana e do Restaurante Universitário do Câmpus do Pantanal.

Acessibilidade: a instituição desenvolve e elabora políticas e promove ações de acessibilidade na UFMS não somente do ponto de vista estrutural, como é garantido no Plano de Acessibilidade, mas também avalia as necessidades educacionais especiais (estudantes com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtorno globais do desenvolvimento) e promove a orientação e organização dos Atendimento Educacionais Especializados – AEE.

Monitoria: a UFMS apresenta o Programa Institucional de Monitoria (PIM) como uma Ação de Ensino que visa a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem e aumento da aprovação em disciplinas nos Cursos de Graduação pela articulação entre teoria e prática, envolvendo estudantes e professores em atividades didático-pedagógicas. O PIM regulamenta as normas gerais referentes ao Programa, sendo que contempla as monitorias remunerada e voluntária.

Nivelamento: o nivelamento é contemplado com o acompanhamento psicoeducacional e pedagógico, sempre que identificada tal necessidade. Adicionalmente, o Auxílio Apoio Pedagógico é concedido aos estudantes da UFMS para serem tutores de outros estudantes com dificuldades em acompanhar com qualidade o seu curso de graduação. Acompanhando o estudante-tutor, está a figura do professor que orienta as ações. Essa retroalimentação aumenta a taxa de sucesso da graduação.

Apoio em Saúde: desenvolvimento de ações de atenção à saúde dos estudantes da UFMS, visando à melhoria da qualidade de vida no ambiente universitário, como neste exemplo Saúde Mental e Yoga. Os atendimentos são realizados em forma de encaminhamentos e parcerias com instituições e setores internos e externos à UFMS (Portal Saúde Mental UFMS). Destaca-se a Secretaria de Assistência Estudantil - SEAE/DIAES/PROAES que é a unidade responsável pelo atendimento, orientação e acompanhamento aos estudantes participantes de programas de assistência estudantil e desenvolvimento de ações de atenção à saúde mental dos estudantes da UFMS. Entre suas competências, destaca-se: executar ações de prevenção e promoção de saúde mental para os estudantes; desenvolver campanhas e palestras de educação em saúde; disponibilizar indicadores relacionados à saúde mental dos estudantes; manter mapeamento de serviços externos, públicos e/ou privados, que possibilitem atendimentos e encaminhamentos específicos em saúde mental; atender às demandas em saúde mental relacionadas à situação de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, em articulação com as Ações de Assistência Estudantil.

Apoio Psicopedagógico: os atendimentos são realizados com o



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

acolhimento, a escuta, a orientação e, quando necessário, o encaminhamento de casos mais graves para o acompanhamento específico. É uma ação inovadora cujo tempo e espaço é destinado para a escuta, aberto à diversidade e à pluralidade de demandas, como uma possibilidade de acolhimento do usuário e de seu sofrimento. A instituição apresenta iniciativas dos estudantes na UFMS que formam grupos e desejam se encontrar para rodas de conversa e trocas de experiência da vida acadêmica. Utilizando a mesma sistemática de atendimento ao discente, o apoio pedagógico é realizado por técnicos em assuntos educacionais que coordenam as atividades de ensino, planejamento, orientação, supervisionando e avaliando tais atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo acadêmico.

Ações de Apoio à Inserção Profissional: O curso incentiva a participação dos estudantes na "Semana de Desenvolvimento Profissional - UFMS Profissional" e promove a divulgação sistemática de oportunidades de estágio e emprego, utilizando os canais de comunicação do curso e as informações do Portal dos Egressos..

Intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados: o estágio na UFMS é um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação do estudante para a atividade profissional, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Instrução Normativa MEC Nº 213/2019 e o Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMS. Nos casos de estágio não-obrigatório remunerado, o mesmo poderá ser considerado Atividade Complementar, desde que previsto no Projeto Pedagógico do Curso. O acompanhamento e a intermediação são promovidos pelas Comissões de Estágios das Unidades e Câmpus.

Auxílios e bolsas: com o objetivo primordial de atender as demandas e necessidades dos estudantes e de dar transparência ao processo de orientação, acompanhamento e avaliação da concessão de bolsas e auxílios, a UFMS, aprovou seu Plano de Governança de Bolsas, Auxílios e Retribuição Pecuniária. Tal ação exitosa estabeleceu a distinção entre auxílios e bolsas que possibilita ao estudante vulnerável, o acúmulo dos benefícios, se selecionado.

Participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais: a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) é a unidade responsável pela administração, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de ensino de graduação da UFMS. A Prograd promove a participação dos estudantes em programas de Mobilidade Acadêmica, oportunizando a complementação de estudos e enriquecimento da formação acadêmica por meio de componentes curriculares e pela experiência de entrar em contato com ambientes acadêmicos diferentes e com as diversidades regionais do nosso país. Há também a possibilidade de mobilidade internacional, na forma de intercâmbio, que possibilita o aprimoramento da formação acadêmica e humana, por meio da imersão cultural em outro país, oportunizando a troca de experiências acadêmicas que contribuam para o fortalecimento dos conhecimentos técnicos, científicos e profissionais.

Programa Se cuide, te amo!: tem como objetivo cuidar da comunidade universitária, identificando situações que merecem atenção e desenvolvendo ações para fortalecimento da comunidade universitária.

Brinquedoteca: a Brinquedoteca foi projetada e implementada para promover suporte necessário aos estudantes da UFMS que tenham filhos ou que tenham a guarda de crianças de 2 a 10 anos de idade. A ação é de fluxo contínuo.

Alojamento estudantil: objetiva atender às demandas de acomodação de discentes da UFMS de outros Câmpus, preferencialmente, podendo ser utilizado por estudantes de outras instituições, desde que sob a responsabilidade de um professor ou técnico administrativo da UFMS. É exclusivo para alojar públicos que venham participar de eventos, aulas de campo e que estejam no regime de



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

alternância entre tempo-universidade e tempo-comunidade.

Grupo Reflexivo sobre Ansiedade: promovida na modalidade de atendimento psicológico coletivo, o grupo, de maneira geral, busca tematizar e tratar queixas recorrentes e com semelhanças entre as pessoas que procuram por ajuda psicológica.

Acompanhamento de Egressos: A UFMS realiza o acompanhamento de seus egressos, gerando relatórios anuais pela PROAES. Anualmente, o NDE analisará os relatórios institucionais para avaliar indicadores como aderência da formação, impacto na trajetória profissional e empregabilidade. As conclusões desta análise serão formalizadas em ata e servirão como evidência para os processos de revisão do PPC. O Curso mantém uma base de dados sobre informações dos egressos, de forma a acompanhar a atuação destes e avaliar o impacto do Curso na sociedade local e regional. Em conformidade com a Política de Acompanhamento de Egressos, instituída pela Resolução COUN nº 89, de 9 de abril de 2021, o curso participa do sistema integrado de relacionamento e monitoramento de egressos da UFMS. Incentiva-se a participação de egressos nas atividades acadêmico-artísticas realizadas pelo Curso.

Ainda, os estudantes do Curso, além dos egressos, são estimulados a participarem de eventos acadêmicos e culturais, tanto aqueles promovidos pelos docentes do próprio Curso quanto aqueles externos à UFMS. Para tanto, os docentes promovem ampla divulgação dessas possibilidades, tanto nos murais quanto por meio de cartazes, e-mails e redes sociais. Os estudantes e egressos também são estimulados a participarem em congressos e simpósios com apresentação de trabalhos, com a orientação dos docentes do Curso, podendo divulgar, assim, suas pesquisas. Os trabalhos dos estudantes são divulgados tanto por meio de cadernos de resumos apresentados em congressos quanto em revistas dirigidas a esse público-alvo.

7. CURRÍCULO

7.1. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO COMUM	
Aprendizagens Socioemocionais	60
Educação e Relações Étnico-raciais	60
Educação, Mídias e Tecnologias	60
Estudo de Libras	60
Leitura e Produção de Textos	75
Pensamento Criativo	45
Sociologia da Educação	60
Teorias do Desenvolvimento e da Aprendizagem	30
Ética, Cidadania e Sociedade	30
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	
Animação Sociocultural e Educativa	75
Arte, Cultura e Esporte	75



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	
Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade	75
Educação Social e Mediação de Conflitos	75
Educação Social, Famílias e Comunidades	75
Felicidade	75
Fundamentos da Educação Social	75
Gestão de Projetos Sociais	90
Introdução à Língua Espanhola	75
Introdução à Língua Inglesa	75
Legislação e Políticas Públicas de Proteção e Inclusão	75
Planejamento e Práticas Intersectoriais na Educação Social I	105
Planejamento e Práticas Intersectoriais na Educação Social II	105
Qualidade de Vida, Lazer e Tempo Livre	75
Saúde Coletiva e Atenção Psicossocial	75
Segurança Alimentar e Nutricional	75
COMPONENTES CURRICULARES INSTITUCIONAIS DE FORMAÇÃO CIDADÃ	
Empreendedorismo e Inovação	30
Inteligência Artificial: Fundamentos e Práticas	30
Vida, Cidadania e Sustentabilidade	30
COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o Curso o estudante deverá cursar, no mínimo, 90 horas em componentes curriculares optativas do rol abaixo ou em componentes curriculares oferecidas por outros Cursos da UFMS (Art. 34 da Resolução nº 430, COGRAD/UFMS, de 16 de dezembro de 2021).	
Arte e Educação	60
Educação Especial	60
Educação Midiática e Educomunicação	60
Infância e Sociedade	60
Pensamento Computacional	60
Políticas Educacionais	60

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	CH
(ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	65
(AEX-ND) Atividades de Extensão (OPT)	200
(AOE-ND) Atividades Orientadas de Ensino (OPT)	160
(Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

Para integralização do Curso, o estudante deverá cursar, no mínimo, dez por cento da carga horária total do Curso em atividades de extensão, de forma articulada com o ensino, em componentes curriculares disciplinares e/ou não disciplinares, definidos na oferta por período letivo e registrado a cada oferta.

As Componentes Curriculares Disciplinares do Curso poderão ser cumpridas total ou parcialmente na modalidade a distância definidas na oferta, observando o percentual máximo definido nas normativas vigentes.

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	Definições Específicas
(ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	A Tabela de Pontuação das Atividades Complementares poderá ser consultada em https://boletimoficial.ufms.br/bse/publicacao?id=481502
(AEX-ND) Atividades de Extensão (OPT)	
(AOE-ND) Atividades Orientadas de Ensino (OPT)	
(Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	

7.2. QUADRO DE SEMESTRALIZAÇÃO

ANO DE IMPLANTAÇÃO: A partir de 2026-1

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
1º Semestre						
Aprendizagens Socioemocionais	60					60
Estudo de Libras	60					60
Ética, Cidadania e Sociedade	30					30
Felicidade	75					75
Fundamentos da Educação Social	75					75
Leitura e Produção de Textos	75					75
Vida, Cidadania e Sustentabilidade	30					30
SUBTOTAL	405	0	0	0	0	405
2º Semestre						
Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade	75					75
Inteligência Artificial: Fundamentos e Práticas	30					30
Legislação e Políticas Públicas de Proteção e Inclusão	75					75



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
2º Semestre						
Qualidade de Vida, Lazer e Tempo Livre	75					75
Segurança Alimentar e Nutricional	75					75
Sociologia da Educação	60					60
Teorias do Desenvolvimento e da Aprendizagem	30					30
SUBTOTAL	420	0	0	0	0	420
3º Semestre						
Educação e Relações Étnico-raciais	60					60
Educação, Mídias e Tecnologias	60					60
Educação Social, Famílias e Comunidades	75					75
Gestão de Projetos Sociais	90					90
Introdução à Língua Espanhola	75					75
Planejamento e Práticas Intersetoriais na Educação Social I	105					105
Saúde Coletiva e Atenção Psicossocial	75					75
SUBTOTAL	540	0	0	0	0	540
4º Semestre						
Animação Sociocultural e Educativa	75					75
Arte, Cultura e Esporte	75					75
Educação Social e Mediação de Conflitos	75					75
Empreendedorismo e Inovação	30					30
Introdução à Língua Inglesa	75					75
Pensamento Criativo	45					45
Planejamento e Práticas Intersetoriais na Educação Social II	105					105
SUBTOTAL	480	0	0	0	0	480
COMPLEMENTARES OPTATIVAS						
Disciplinas Complementares Optativas (Carga Horária Mínima)						90
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	90
COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES						



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES						
(Acs-nd) Atividades Complementares						65
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	65
TOTAL	1845	0	0	0	0	2000

LEGENDA:

- Carga horária em hora-aula de 60 minutos (CH)
- Carga horária das Atividades Teórico-Práticas (ATP-D)
- Carga horária das Atividades Experimentais (AES-D)
- Carga horária das Atividades de Prática como Componentes Curricular (APC-D)
- Carga horária das Atividades de Campo (ACO-D)
- Carga horária das Outras Atividades de Ensino (OAE-D)

PRÉ-REQUISITOS DAS COMPONENTES CURRICULARES DISCIPLINARES

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
NÃO SE APLICA	

PRÉ-REQUISITOS DAS COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES

CCNDs	DISCIPLINAS	Porcentagem
NÃO SE APLICA		

LEGENDA:

- Percentual de CH (em relação a CH total do Curso) que o estudante deve ter cursado para realizar a componente

7.3. TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

Por ser um curso novo não há tabela de equivalência.



7.4. LOTAÇÃO DAS DISCIPLINAS NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL

As disciplinas do curso de Curso Superior de Tecnologia em Tecnologia em Educação Social estão lotadas no Agência de Educação Digital e a Distância, exceto:

DISCIPLINA	UNIDADE
Empreendedorismo e Inovação	Disciplinas sem Lotação
Inteligência Artificial: Fundamentos e Práticas	Disciplinas sem Lotação
Vida, Cidadania e Sustentabilidade	Disciplinas sem Lotação

7.5. EMENTÁRIO

7.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

- ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA: Conceitos, origens e campos de atuação da animação sociocultural e educativa. Animação como prática socioeducativa voltada à participação, ao protagonismo e ao fortalecimento de vínculos em diferentes contextos (serviços socioassistenciais, espaços culturais, equipamentos de esporte e lazer, grupos comunitários e intergeracionais). Planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades coletivas (oficinas, rodas de conversa, eventos culturais, grupos de convivência, jogos e práticas expressivas) articuladas aos direitos humanos, à diversidade cultural e às políticas públicas. Papel do educador social como animador sociocultural junto a diferentes públicos, incluindo pessoas idosas, com atenção à acessibilidade, à ética nas relações, à valorização de saberes e memórias e à promoção da convivência comunitária. Bibliografia Básica: Larizzatti, Marcos Fernando. **Lazer e Recreação**. Rio de Janeiro, RJ: Sprint, 2005. 223 P. Isbn 8573322276. Guerra, Marlene. **Recreação e Lazer**. 3. Ed. Porto Alegre, RS: Sagra, 1991. 164 P. Isbn 8524101926. Marcellino, Nelson Carvalho (Org.). **Repertório de Atividades de Recreação e Lazer para Hotéis, Acampamentos, Prefeituras, Clubes e Outros**. 6. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 208 P. (Coleção Fazer Lazer). Isbn 8530806891. Bibliografia Complementar: Marcellino, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer: Uma Introdução**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. 100 P. (Educação Física e Esportes). Isbn 8585701374. Bruhns, Heloisa T. (Org.). **Introdução aos Estudos do Lazer**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997. 154 P. (Livro-texto). Isbn 8526804057. Civitate, Hector. **Jogos Recreativos para Clubes, Academias, Hotéis, Acampamentos, Spas e Colônias de Férias**. 3. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Sprint, 2006. 96 P. Isbn 8573320796.

- APRENDIZAGENS SOCIOEMOCIONAIS: Conceito, história, pilares e objetivos da educação socioemocional. Abordagens e técnicas de educação socioemocional. Aprendizagem Socioemocional e suas relações com o desenvolvimento cognitivo. Educação e Aprendizagem Socioemocional na escola. Bibliografia Básica: Gardner, Howard. **Estruturas da Mente: a Teoria das Inteligências Múltiplas**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 2002. Xx, 340 P. (Biblioteca Artmed Psicologia Cognitiva). Isbn 8573073462. Gottman, John Mordechai; Declaire, Joan. **Inteligência Emocional e a Arte de Educar Nossos Filhos: Como Aplicar os Conceitos Revolucionários da Inteligência Emocional para Uma Compreensão da Relação entre Pais e Filhos**. 27. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 1997. Assmann, Hugo. **Reencantar a Educação: Rumo à Sociedade Aprendiz**. 7. Ed. Petropolis: Vozes, 2003. Bibliografia



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

Complementar: Pozo, Juan Ignacio. **Aprendizes e Mestres** a Nova Cultura da Aprendizagem. Porto Alegre Artmed 2015 1 Recurso Online Isbn 9788536315423. Souza, Paulo Henrique De. **Bncc no Chão da Sala de Aula:** o que as Escolas Podem Aprender a Fazer com as 10 Competências? 1. Ed. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786586529432. Karina Nalevaiko Rocha. **Inteligença, Afetividade e Criatividade.** Contentus 68 Isbn 9786557450130.

- ARTE, CULTURA E ESPORTE: Manifestações artísticas, culturais e esportivas como dimensões da vida social e do trabalho em Educação Social. Arte, cultura e esporte como direitos e como espaços de convivência, expressão, memória e participação social de diferentes públicos, incluindo pessoas idosas. Planejamento e mediação de atividades artísticas, culturais e esportivas simples (oficinas, jogos, brincadeiras, práticas corporais, eventos culturais) em contextos comunitários e institucionais. Uso de linguagens artísticas e corporais acessíveis, valorização de saberes e experiências dos participantes e promoção de práticas intergeracionais voltadas ao fortalecimento de vínculos e à melhoria da qualidade de vida. Bibliografia Básica: Magnani, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco:** Cultura Popular e Lazer na Cidade. 3. Ed. São Paulo, Sp: Ed. Unesp: Hucitec, 2003. 166 P. (Paidéia, 2). Isbn 85-271-0466-0. Huizinga, Johan. **Homo Ludens:** o Jogo Como Elemento da Cultura. 5. Ed. São Paulo, Sp: Perspectiva, 2008. 243 P. (Coleção Estudos; 4.). Isbn 8527300753. Wittizorecki, Elisandro Schultz. **Jogos, Recreação e Lazer.** 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. 1 Recurso Online. Isbn 9788582127216. Bibliografia Complementar: Brasil. Presidência da República. Lei Nº 13.018, de 22 de Julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e Dá Outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, Df, 23 Jul. 2014. Disponível Em: <https://link.ufms.br/Lntrr>. Acesso Em: 18 Nov. 2025. Okuma, Silene Sumire. **o Idoso e a Atividade Física:** Fundamentos e Pesquisa. 1. Ed. Campinas: Papyrus, 2012. 1 Recurso Online. Isbn 9788530805180. Acopiara, Moreira De. **o que É Cultura Popular?** 1. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9786555552935.

- ARTE E EDUCAÇÃO: Arte e educação. Práticas de arte em suas diferentes linguagens: corporal, visual, plástica, sonora e cênica. Bibliografia Básica: Arte e Educação. São Paulo: Pearson, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788543009711. Metodologia do Ensino de Arte. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788582121207. Almeida, Fernanda de Souza. **Dançarelando:** Arte, Educação e Infância. 1. Ed. São Paulo: Summus, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786555490619. Bibliografia Complementar: Canda, Cilene Nascimento. Ensino de Teatro: Fundamentos e Didática. Salvador: Ufba, Escola de Teatro; Superintendência de Educação a Distância, 2020. Disponível Em: <https://link.ufms.br/Tmrc6>. Acesso Em: 20 Dez. 2022. Silva, Renata Cardoso Da. Introdução ao Estudo das Artes Visuais. Salvador: Ufba, Escola de Teatro; Superintendência de Educação a Distância, 2021. Disponível Em: <https://link.ufms.br/Qhkjt>. Acesso Em: 20 Dez. 2022. Pianowski, Fabiane; Goldberg, Luciane Germano. Metodologia e Técnica do Ensino de Artes. 2. Ed. Fortaleza: Uece, 2019. Disponível Em: <https://link.ufms.br/Zik1B>. Acesso Em: 20 Dez. 2022. Beatriz Ilari. Música e Educação Infantil. Papyrus Editora, 2016. 226 P. Isbn 9788544901755. Perissé, Gabriel. **Estética & Educação.** São Paulo Autêntica 2009 1 Recurso Online Isbn 9788582179093.

- DIREITOS HUMANOS, INCLUSÃO E DIVERSIDADE: Fundamentos históricos, filosóficos e jurídicos dos direitos humanos. Sistema internacional e sistema brasileiro de proteção aos direitos humanos. Constituição Federal de 1988 e marcos



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

normativos da educação em direitos humanos no Brasil. Conceitos de igualdade, equidade, diferença, diversidade e interseccionalidade. Raça/etnia, gênero, sexualidades, deficiência, geração, classe, território e outras marcas sociais de desigualdade. Etarismo e envelhecimento como temas de direitos humanos. Políticas públicas de promoção da igualdade e enfrentamento às discriminações (racismo, sexismo, LGBTfobia, capacitismo, etarismo, entre outras). Educação em direitos humanos em contextos formais, não formais e de educação social. Estratégias pedagógicas inclusivas, cultura de paz, mediação de conflitos e promoção da convivência democrática em espaços de atuação do educador social.

Bibliografia Básica: Nbr 6023 Paula, Renato Francisco dos Santos. **Direitos Humanos em Tempos de Barbárie:** Questionar o Presente para Garantir o Futuro. 1. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022. 1 Recurso Online (245 P.). Isbn 978655552478. Melo, Milena Barbosa De. **Educação em Direitos Humanos:** Elementos Educacionais e Culturais. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555174373. **Bibliografia Complementar:** Candau, Vera Maria; Saccavino, Susana (Org.). **Educar em Direitos Humanos:** Construir Democracia. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Dp&A, 2003. 196 P. Isbn 8574900206. Nbr 6023 Nbr 6023.

- **EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:** Conceitos fundamentais: diversidade, raça, etnia e preconceito. Bases epistemológicas para a compreensão do racismo. História da África, Cultura Africana e Afro-brasileira. História e cultura indígena. História e cultura da formação do povo brasileiro. Papel dos Movimentos Sociais. Efeitos das Ações Afirmativas. Conquistas históricas e Marcos Legais. Educação das Relações Étnico-raciais. Interseccionalidade e Educação antirracista.

Bibliografia Básica: Lopes, Daniel Henrique (Org.). **Desigualdades e Preconceitos:** Reflexões sobre Relações Étnico-raciais e de Gênero na Contemporaneidade. Campo Grande, MS: Ed. Ufms, 2012. 245 P. Isbn 9788576133995. Marçal, José Antônio. **Educação Escolar das Relações Étnico-raciais:** História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no Brasil. 2. Ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9788522708055. Elston Americo Junior; Iziquel Antônio Radvanskei. **Estudo das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.** Contentus 41 Isbn 9786557456583. **Bibliografia Complementar:** Gonçalves, Petronilha Beatriz; Silvério, Valter Roberto. (Org.) Educação e Ações Afirmativas: entre a Injustiça Simbólica e a Injustiça Econômica. Brasília: Inep, 2003. Disponível em <https://link.ufms.br/Baqht>. Acesso Em: 11 Fev. 2022. Carneiro, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil.** 1. Ed. São Paulo: Summus, 2011. 1 Recurso Online. Isbn 9788587478542. Dijk, Teun A. Van. **Discurso Antirracista no Brasil:** da Abolição Às Ações Afirmativas. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2021. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9786555411423.

- **EDUCAÇÃO ESPECIAL:** Introdução à Educação Especial: aspectos históricos, filosóficos e sociais. Marcos Legais. Educação Especial e Direitos Humanos. Preconceito e Estigma na sociedade. Políticas públicas de Educação Especial no Brasil e em Mato Grosso do Sul. O público-alvo da Educação Especial e a perspectiva da educação inclusiva. Formação e prática do professor. **Bibliografia Básica:** Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: Desenvolvimento Histórico. Cadernos de História da Educação, V. 7, 2009. P. 29-44. Disponível Em: <https://link.ufms.br/Ysdqc> Damasceno, João Carlos Bittencourt; Assumpção, Douglas Junio Fernandes. Uma Reflexão da Educação Especial a Partir das Políticas Públicas Educacionais Brasileiras. Revista @Mbienteeducação, São Paulo, V. 13, N. 2, 2020. P. 216-231. Disponível Em: <https://link.ufms.br/Xanl9> Haddad, Monaliza Ehlike Ozorio. **Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva**



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

Histórico-social Brasileira Voltada à Área de Psicologia. 1. Ed. São Paulo: Contentus, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786557459768. Bibliografia Complementar: Gabriel, Emílio; Drago, Rogério. Educação Especial e Educação Inclusiva no Contexto das Políticas Públicas: Uma Revisão Histórica e Legal. Revista Transformar, V. 15, N. 2, 2022. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/W4Zbd>. Almeida, Maria Amélia. Formação do Professor para a Educação Especial: História, Legislação e Competências. Revista Educação Especial, N. 24, 2004. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/9K6H4Farbiarz>, Jackeline Lima. **Design para Uma Educação Inclusiva.** 1. Ed. São Paulo: Blucher, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788580392012.

- EDUCAÇÃO, MÍDIAS E TECNOLOGIAS: Cultura digital e cultura escolar. Conceitos e pressupostos teóricos e metodológicos do uso das mídias e tecnologias na educação. Letramento digital e multiletramentos. Ferramentas e tecnologias digitais para a educação. Práticas pedagógicas com uso de tecnologias digitais. Educação aberta e os Recursos Educacionais Abertos. Educação midiática, cidadania digital e direitos digitais. Bibliografia Básica: Ferrari, Ana Claudia; Ochs, Mariana. Daniela Machado. Guia da Educação Midiática. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020. Disponível Em: <https://Bit.ly/2V0O1Zn>. Acesso Em: 8 Fev. 2022. Fantin, Monica. **Cultura Digital e Escola:** Pesquisa e Formação de Professores. 1. Ed. Campinas: Papirus, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788530810184. Cerigatto, Mariana Pícaro. **Tecnologias Digitais na Prática Pedagógica.** Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595028128. Bibliografia Complementar: Santana, Bianca; Rossini, Carolina; Pretto, Nelson de Lucca. (Org.). Recursos Educacionais Abertos: Práticas Colaborativas e Políticas Públicas. São Paulo: Casa da Cultura Digital/Edufba, 2012. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Da9By>. Ribeiro, Ana Elisa. **Letramento Digital** Aspectos Sociais e Possibilidades Pedagógicas. 3. São Paulo Autêntica 2007 1 Recurso Online Isbn 9788582179239. Santos, Edméa. **Mídias e Tecnologias na Educação Presencial e à Distância.** Rio de Janeiro Ltc 2016 1 Recurso Online Isbn 9788521630890.

- EDUCAÇÃO MÍDIÁTICA E EDUCOMUNICAÇÃO: Educação midiática e informacional. Educomunicação. Criança, consumo e mídias. Segurança na Internet. Alfabetização Midiática e Informacional de professores. Cidadania Digital e Protagonismo das Crianças na Internet. Bibliografia Básica: Soares, Ismar de Oliveira. Viana, Claudemir; Xavier, Jurema Brasil. (Org.). Educomunicação e Alfabetização Midiática: Conceitos, Práticas e Interlocuções. São Paulo, Sp: Abpeducon, 2016 Ferrari, Ana Claudia; Ochs, Mariana. Daniela Machado. Guia da Educação Midiática. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020. Disponível Em: <https://Bit.ly/2V0O1Zn>. Acesso Em: 8 Fev. 2022. Setton, Maria da Graça Jacintho. **Mídia e Educação.** São Paulo, Sp: Contexto, 2011. 126 P. Isbn 9788572444828. Ferreira, Bruno de Oliveira; Haslinger, Evelin; Xavier, Jurema Brasil. (Org.). Práticas Educomunicativas. Abpeducom: São Paulo, 2019 Girardello, Gilka. **Liga, Roda, Clica:** Estudos em Mídia, Cultura e Infância. 1. Ed. Campinas: Papirus, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788530810221. Bibliografia Complementar: Wilson, Carolyn; Grizzle, Alton; Tuazon, Ramon; Akyempong, Kwame; Cheung, Chi-kim. Alfabetização Midiática e Informacional: Currículo para Formação de Professores. Brasília: Unesco, Uftm, 2013 Orozco Gómez, Guillermo. **Educomunicação: Recepção Midiática, Aprendizagens e Cidadania.** São Paulo, Sp: Paulinas, 2014. 168 P. (Coleção Educomunicação). Isbn 9788535637588. Bucht, Catharina; Feilitzen, Cecília Von. **Perspectivas sobre a Criança e a Mídia.** Brasília, Df: Unesco, 2002. 316 P. : Il (Edições Unesco Brasil). Isbn 85-87853-46-5. Porto,



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

Cristiane; Santos, Edméa. (Org.). Processos Formativos e Aprendizagem na Ciberultura: Experiência com Dispositivos Móveis. Aracaju/Se: Edunit, 2020. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Faq0W>. Acesso Em: 11 Fev. 2022. Rodrigo Otávio dos Santos. **Fundamentos de Educomunicação**. Contentus 76 Isbn 9786557453797.

- EDUCAÇÃO SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: Conflitos sociais em contextos de vulnerabilidade e desigualdade: família, escola, serviços de proteção social, instituições de acolhimento, espaços comunitários e equipamentos voltados a diferentes públicos. Fundamentos teóricos da mediação de conflitos na perspectiva dos direitos humanos e da Educação Social. Tipologias de conflitos, violência e violação de direitos. Estratégias dialógicas, escuta qualificada, comunicação não violenta e práticas restaurativas em processos socioeducativos. Bibliografia Básica: Oliveira, Walter Ferreira De. **Educação Social de Rua: as Bases Políticas e Pedagógicas para Uma Educação Popular**. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2004. 223 P. (Biblioteca Artmed). Isbn 85-363-0326-3. Gohn, Maria da Glória. **Educação Não Formal e o Educador Social: Atuação no Desenvolvimento de Projetos Sociais**. 1. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2023. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 978655554038. Rosenberg, Marshall B. **Comunicação Não Violenta: Técnicas para Aprimorar Relacionamentos Pessoais e Profissionais**. 5. Ed. São Paulo: Ágora, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9788571832657. Bibliografia Complementar: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Práticas Restaurativas na Educação: Guia Introdutório à Promoção da Cultura de Paz nas Escolas por Meio de Processos Circulares. Brasília, Df: Mec, 2025. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Jsvsr>. Acesso Em: 17 Nov. 2025. Brasil. Conselho Nacional de Justiça. Resolução N. 225, de 31 de Maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no Âmbito do Poder Judiciário e Dá Outras Providências. Diário da Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, Brasília, Df, N. 91, P. 28–33, 2 Jun. 2016. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/H54Pd>. Acesso Em: 05 Jan. 2025. Scavone Junior, Luiz Antonio. **Arbitragem** Mediação, Conciliação e Negociação. 9. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985004.

- EDUCAÇÃO SOCIAL, FAMÍLIAS E COMUNIDADES: Família e comunidade como espaços centrais da ação socioeducativa. Transformações históricas das configurações familiares e comunitárias e suas relações com a questão social e com as políticas públicas. Matricialidade sociofamiliar na Política Nacional de Assistência Social e redes de proteção social. Trabalho do educador social com famílias e comunidades em contextos de vulnerabilidade, conflito e violação de direitos, em articulação intersetorial com saúde, assistência, educação, cultura e justiça. Estratégias socioeducativas em territórios, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, participação social, intergeracionalidade e promoção de direitos ao longo do curso da vida, incluindo ações de Educação Ambiental e sustentabilidade comunitária. Bibliografia Básica: Macedo, Rosa Maria (Org.). Família e Comunidade. São Paulo, Sp: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1996. 136 P. (Coletâneas da Anpepp ; 2). Carloto, Cássia Maria; Campos, Marta Silva; Mito, Regina Célia Tamaso. **Familismo, Direito e Cidadania: Contradições da Política Social**. 1. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022. 1 Recurso Online (244 P.). Isbn 9788524924019. Scherer, Giovane Antonio. **Serviço Social e Arte: Juventudes e Direitos Humanos em Cena**. 1. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9788524922527. Bibliografia Complementar: Baeta, Anna Maria Bianchini *Et Al*. **Educação Ambiental: Repensando o Espaço da Cidadania**. 3. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2005. 255 P. Isbn 8524908513. Gueiros,



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

Dalva Azevedo; Santos, Thais Felipe Silva Dos. Matricialidade Sociofamiliar: Compromisso da Política de Assistência Social e Direito da Família. Serviço Social e Saúde, Campinas, Sp, V. 10, N. 2, P. 73-97, 2015. Doi: 10.20396/Sss.v10i2.8634842. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Ezfgl>. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – Pnas/2004. Brasília, 2004. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Fcecs>. Acesso em 17 Nov. 2025. Nascimento, Iêda Maria. **Proteção Social aos Idosos: um Desafio para o Serviço Social**. 1. Ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2014. 1 Recurso Online. Isbn 9788539704095.

- EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO: Perfil empreendedor. O papel do empreendedor na sociedade. Motivação. Estabelecimento de metas. Ideias e oportunidades. Inovação. Técnicas e Ferramentas de planejamento e validação de negócios inovadores. Modelagem e Startups. Bibliografia Básica: Biagio, Luiz Arnaldo. **Empreendedorismo: Construindo seu Projeto de Vida**. 1. Ed. Barueri: Manole, 2012. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9788520448878. Mações, Manuel Alberto Ramos. **Empreendedorismo, Inovação e Mudança Organizacional, V. 3**. 1. Ed. São Paulo: Actual, 2017. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9789896942236. Tajra, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo: Conceitos e Práticas Inovadoras**. 2. Ed. São Paulo: Érica, 2019. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9788536531625. Arantes, Elaine Cristina. **Empreendedorismo e Responsabilidade Social**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2014. 1 Recurso Online. Isbn 9788582129012. Aidar, Marcelo Marinho. **Empreendedorismo**. 1. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1 Recurso Online (60 P.). Isbn 9786555582093. Bibliografia Complementar: Dornelas, José. **Empreendedorismo na Prática: Mitos e Verdades do Empreendedor de Sucesso**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2023. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9786559773725. Hisrich, Robert D; Sheperd, Dean A; Peters, Michael P. **Empreendedorismo**. 9. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9788580553338. Tajra, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo: da Ideia à Ação**. 1. Ed. São Paulo: Expressa, 2020. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9788536533834. Marcondes, Luciana Passos; Cavalcanti, Osvaldo Elias Farah, Marly. **Empreendedorismo Estratégico**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020. 1 Recurso Online (141 P.). Isbn 9786555582437.

- ESTUDO DE LIBRAS: Fundamentos epistemológicos, históricos, políticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A pessoa surda e suas singularidades linguísticas. Noções básicas de léxico, morfologia e sintaxe. Relações pedagógicas e a prática docente em espaços escolares inclusivos e bilíngues. Bibliografia Básica: Santana, Ana Paula. **Surdez e Linguagem**. 5. Ed. São Paulo: Summus, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788585689971. Baggio, Maria Auxiliadora. **Libras**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788544301890. Pereira, Maria Cristina da Cunha. **Libras: Conhecimento Além dos Sinais**. 1. Ed. São Paulo: Pearson, 2011. 1 Recurso Online. Isbn 9788576058786. Bibliografia Complementar: Nascimento, Sandra Patrícia de Faria Do E Costa, Messias Ramos. Movimentos Surdos e os Fundamentos e Metas da Escola Bilíngue de Surdos: Contribuições ao Debate Institucional. Educar em Revista [Online]. 2014, N. Spe-2 [Acessado 8 Novembro 2022] , Pp. 159-178. Disponível Em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37021>; >. Epub 24 Set 2014. Issn 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37021>. Língua Brasileira de Sinais: Libras. São Paulo: Pearson, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788543016733. Maria Cecília Rafael de Góes. **Linguagem, Surdez e Educação**. Editora Autores Associados Bvu 112 Isbn 97865887170595.



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

- **ÉTICA, CIDADANIA E SOCIEDADE:** Etimologia e conceitos: fundamentos filosóficos. Ética e valor humano. Ética, moral e condição humana. Ética e ciência. A Ética e o profissional. Ética e cidadania no mundo do trabalho. O trabalho, o trabalhador e as organizações no mundo contemporâneo. As principais correntes teóricas e pensamentos sociológicos e seus desdobramentos para a sociedade contemporânea. A contribuição da ciência social para debates contemporâneos: desigualdade social, direitos humanos, políticas, direitos e liberdades fundamentais para pessoas com deficiência, educação ambiental e sustentabilidade, relações étnico-raciais, gênero e diversidade. Bibliografia Básica: Teixeira, Orci Paulino B. **a Fundamentação Ética do Estado Socioambiental.** 1. Ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2014. 1 Recurso Online. Isbn 9788539704019. Gallo, Sílvia. **Ética e Cidadania:** Caminhos da Filosofia - Elementos para o Ensino de Filosofia. 19. Ed. Campinas: Papirus, 2010. 1 Recurso Online. Isbn 9788530811525. Johann, Jorge Renato. **um Novo Homem e Uma Nova Sociedade:** Construindo a Cidadania. 1. Ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788539707041. Bes, Pablo; Oliva, Diego C; Bonete, Wilian Jr. **Sociedade, Cultura e Cidadania.** 1. Ed. Porto Alegre: Sagah, 2020. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9788595028395. Bibliografia Complementar: Práticas de Cidadania. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2004. 1 Recurso Online. Isbn 9788572442657. Nodari, Paulo César. **sobre Ética:** Aristóteles, Kant e Levinas. 1. Ed. Porto Alegre: Educ, 2010. 1 Recurso Online. Isbn 9788570616029. Arthur Meucci; Flávio) Tonnetti. **Ética, Medo e Esperança.** Editora Vozes, 2014. 76 P. Isbn 9788532643636. Cortella, Mario Sergio. **Ética e Vergonha na Cara!** 1. Ed. Campinas: 7 Mares, 2023. 1 Recurso Online. (Papirus Debates). Isbn 9788561773571. Hornstein, Harvey A. **o Abuso do Poder e o Privilégio nas Organizações.** 1. Ed. São Paulo, Sp: Pearson, 2003. 1 Recurso Online. Isbn 8587918605.

- **FELICIDADE:** Concepções de felicidade e bem-estar em perspectivas filosóficas, psicológicas, sociológicas e culturais. Felicidade, qualidade de vida e direitos humanos: tensões entre projetos individuais e condições sociais concretas (trabalho, renda, saúde, vínculos, envelhecimento, tempo livre, lazer). Crítica às visões individualizantes de felicidade e às narrativas de “culpa” e meritocracia. Experiências de felicidade vinculadas à convivência, à solidariedade, à participação comunitária, à espiritualidade, à cultura e ao lazer ao longo do curso da vida, com atenção às velhices. Práticas reflexivas e socioeducativas (rodas de conversa, narrativas de vida, atividades criativas e comunitárias) que favoreçam o autocuidado, o sentido de vida, o fortalecimento de vínculos e o exercício da cidadania. Bibliografia Básica: Cortella, Mario Sergio. **as Quatro Estações da Alma::** da Angústia à Esperança. Campinas, Sp: 7 Mares, 2023. 1 Recurso Online. (Papirus Debates). Isbn 978-65-5592-045-1. Cortella, Mario Sergio. **Viver, a que Se Destina?.** 1. Ed. Campinas: 7 Mares, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 978-65-5592-001-7. Galvão, Lúcia Helena. **Vamos Conversar sobre a Felicidade?.** 1. Ed. Campinas: 7 Mares, 2024. 1 Recurso Online. (Papirus Debates). Isbn 978-65-5592-047-5. Bibliografia Complementar: Stearns, Peter N. **História da Felicidade.** 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2022. 1 Recurso Online (136 P.). Isbn 9786555411942. Costa, Gley P. **a Invenção da Vida:** Uma Visão Psicanalítica Contemporânea da Felicidade. 1. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2023. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9786558821359. Mello, Cleyson de Moraes. **Universidade e Felicidade:** Educação Positiva, Psicologia Positiva, Florescer. 1. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786553780736.

- **FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL:** Constituição histórica da Educação Social no Brasil e em outros contextos. Conceitos de educação formal, não formal e



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

informal e sua relação com a questão social, os direitos humanos e as políticas públicas. Campos de atuação do/a educador/a social em diferentes espaços institucionais e comunitários. Referenciais teórico-metodológicos da Educação Social (educação popular, pedagogia social, educação em direitos humanos, intervenção socioeducativa). Relações entre Educação Social, território, redes de proteção social e trabalho com diferentes públicos ao longo do curso da vida, incluindo pessoas idosas. **Bibliografia Básica:** Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2008. 213 P. Isbn 9788577530168. Introdução ao Serviço Social. São Paulo: Pearson, 2014. 1 Recurso Online. Isbn 9788543005126. Gohn, Maria da Glória. **Educação Não Formal e o Educador Social: Atuação no Desenvolvimento de Projetos Sociais**. 1. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2023. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9786555554038. **Bibliografia Complementar:** Nbr 6023 Nascimento, Pedro Francisco Guedes Do. **Pedagogia Social**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788582127087. Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I. São Paulo: Pearson, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788543010014.

- **GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS:** Concepções, características e finalidades dos projetos sociais no âmbito das políticas públicas, organizações da sociedade civil e iniciativas comunitárias. Etapas do ciclo de projetos: diagnóstico participativo, definição de objetivos, elaboração de metas, atividades, cronograma e orçamento. Instrumentos básicos de planejamento, monitoramento e avaliação de projetos sociais. Elaboração de projetos voltados à promoção de direitos, à Educação Social e à melhoria das condições de vida em diferentes territórios, considerando a diversidade de públicos e as demandas decorrentes do envelhecimento populacional. **Bibliografia Básica:** Cohen, Ernesto; Franco, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 312 P. Isbn 85-326-1057-9 Assis, Simone Gonçalves De; Souza, Edinilsa Ramos de (Org.). **Avaliação por Triangulação de Métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fiocruz, 2005. 224 P. Isbn 8589697061. Voss, Anne. **Assessoria, Consultoria e Avaliação de Serviços, Programas e Projetos Sociais**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2019. 1 Recurso Online. (Formação Profissional em Serviço Social). Isbn 9788522701117. **Bibliografia Complementar:** Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Caderno de Estudos: Desenvolvimento de Projetos Sociais. Brasília, DF: Mds, 2012. Disponível Em: <https://link.ufms.br/Kwwy4>. Acesso Em: 17 Nov. 2025. Branco, Renato Henrique Ferreira. **Gestão Colaborativa de Projetos**. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547207878. Neiva Silvana Hack. **Assessoria, Consultoria e Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais**. Contentus 55 Isbn 9786557451694.

- **INFÂNCIA E SOCIEDADE:** Aspectos históricos, sociais, socioeconômicos e culturais e sua relação na construção dos conceitos de criança e infância. Conceitos de infância e criança a partir de suas dimensões étnicas, raciais, geracionais e de gênero. Diferentes modos de viver a infância. Práticas educativas institucionais decorrentes das concepções de criança e infância. Criança e Direitos Humanos. **Bibliografia Básica:** Ana Lúcia Goulart de Faria; Daniela Finco. **Sociologia da Infância no Brasil**. Editora Autores Associados Bvu 128 Isbn 9786599055263. Stela Maris Britto Maziero. **Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente**. Contentus 99 Isbn 9786557454794. Altino José Martins Filho; Patrícia Dias Prado. **das Pesquisas com Crianças à Complexidade da Infância**. Editora Autores Associados Bvu 224 Isbn 9786599055249. **Bibliografia Complementar:** Silva, Raquel Belisario Da. **Inventário da Infância**. 1. Ed. Porto Alegre: Edipucrs,



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786556230719. Tonucci, Francesco. **a Solidão da Criança**. 1. Ed. Campinas: Autores Associados, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788562018275. Sonia Kramer (Org.); Alexandra Pena (Org.); Maria Leonor P. B. Toledo (Org.); Sílvia Néli Falcão Barbosa (Org.). **Ética: Pesquisa e Práticas com Crianças na Educação Infantil**. Papirus Editora 258 Isbn 9786556500263.

- INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS: Inteligência Artificial: conceitos, histórico e evolução. Riscos, potencialidades, limitações e uso responsável da IA. Ética, privacidade, vieses algorítmicos, acessibilidade, inclusão, cidadania digital e direitos humanos. Educação Midiática, IA e cidadania digital. Impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais. Regulamentação da IA no Brasil e no mundo. Integração e uso crítico e seguro da IA nas práticas acadêmicas e profissionais em diferentes áreas do conhecimento. Bibliografia Básica: Valdati, Aline de Brittos. **Inteligência Artificial - Ia**. 1. Ed. São Paulo: Contentus, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786559351060. Kaufman, Dora. **Desmistificando a Inteligência Artificial**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. 1 Recurso Online (468 P.). Isbn 9786559281596. Carraro, Fabrício. **Inteligência Artificial e Chatgpt: da Revolução dos Modelos de IA Generativa à Engenharia de Prompt**. São Paulo, Sp: Casa do Código, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9788555193583. Bibliografia Complementar: Garcia, Ana Cristina Bicharra. Ética e Inteligência Artificial. *Computação Brasil*, [S. L.], N. 43, P. 14–22, 2020. Disponível Em: <https://Journals-sol.sbc.org.br/index.php/comp-br/article/view/1791>. Ventura, Thiago Meirelles; Oliveira, Allan Gonçalves De; Ganchev, Todor Dimitrov; Marques, Marinêz Isaac; Schuchmann, Karl-ludwig. Inteligência Artificial a Serviço da Biodiversidade do Pantanal. *Computação Brasil*, [S. L.], N. 43, P. 23–26, 2020. Disponível Em: <https://Journals-sol.sbc.org.br/index.php/comp-br/article/view/1792>. Du Boulay, Benedict. Inteligência Artificial na Educação e Ética. *Re@ D-revista de Educação a Distância e Elearning*, V. 6, N. 1, P. E202303-e202303, 2023.

- INTRODUÇÃO À LÍNGUA ESPANHOLA: Noções iniciais da língua espanhola em contextos de uso cotidiano e socioeducativo. Sistema fonético-fonológico básico e estratégias de compreensão oral e leitura de enunciados simples. Vocabulário essencial para apresentações pessoais, família, cotidiano, serviços e espaços públicos. Estruturas gramaticais elementares (pronomes, presente do indicativo, artigos, gênero e número, frases afirmativas, interrogativas e negativas). Leitura e produção guiada de pequenos textos (bilhetes, formulários simples, diálogos breves), com foco na comunicação funcional em espanhol no contexto latino-americano, considerando ritmos de aprendizagem e experiências de estudantes idosos. Bibliografia Básica: Choi, Jinny K.; Elliott, A. Raymond; Kania, Sonia. *Español Práctico: Introducción Al Estudio de La Lengua Española*. Texas: Mavs Open Press, 2024. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/lfyd5> Acesso Em: 25 Nov. 2025. Sierra, Teresa Vargas. **Espanhol Instrumental**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. 1 Recurso Online. Isbn 9788582123454. *Fundamentos da Língua Espanhola*. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595026339. Bibliografia Complementar: Real Academia Española. *Diccionario de La Lengua Española*. Madrid: Rae, 2022. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Gr6L6>. Acesso Em: 25 Nov. 2025. Ferrari, Ana Josefina. **La Escritura En Lengua Espanola**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. 1 Recurso Online. Isbn 9788582123829. Engelmann, Priscila Carmo Moreira. **Língua Estrangeira Moderna: Espanhol**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788559721379.

- INTRODUÇÃO À LÍNGUA INGLESA: Conceitos básicos de língua, comunicação e uso do inglês em contextos acadêmicos e cotidianos. Alfabeto, pronúncia e aspectos



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

essenciais de fonética e entonação. Estruturas fundamentais: pronomes, artigos, substantivos, adjetivos, advérbios, preposições, números, datas e horários. Verbos mais frequentes, tempos verbais introdutórios e formação de frases afirmativas, negativas e interrogativas. Vocabulário de alta frequência, expressões usuais e funções comunicativas iniciais. Leitura de textos, reconhecimento de ideias principais, palavras cognatas e estratégias iniciais de compreensão. Produção escrita básica: frases e pequenos parágrafos com coesão elementar. Compreensão oral e interação em situações simples, com foco em fluência inicial e adequação. Uso de recursos digitais para prática autônoma e desenvolvimento de repertório linguístico. **Bibliografia Básica:** Ferro, Jeferson. **Around The World:** Introdução à Leitura em Língua Inglesa. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. 1 Recurso Online. Isbn 9788565704939. Lapkoski, Graziella Araujo de Oliveira. **do Texto ao Sentido:** Teoria e Prática de Leitura em Língua Inglesa. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. 1 Recurso Online. Isbn 9788582122808. Lopes, Maria Cecília. **Dicionário da Língua Inglesa:** Inglês-português / Português-inglês. 1. Ed. São Paulo: Rideel, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788533948631. **Bibliografia Complementar:** Rejani, Márcia. **Inglês Instrumental** Comunicação e Processos para Hospedagem. São Paulo Erica 2014 1 Recurso Online Isbn 9788536521831. Silva, Thaís Cristóforo. **Pronúncia do Inglês:** para Falantes do Português Brasileiro. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2012. 1 Recurso Online. Isbn 9788572447379. Drey, Rafaela Fetzner. **Inglês** Práticas de Leitura e Escrita. Porto Alegre Penso 2015 1 Recurso Online (Tekne). Isbn 9788584290314. Lima, Thereza Cristina de Souza. **Língua Estrangeira Moderna:** Inglês. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788559721355. Lima, Thereza Cristina de Souza. **Inglês Básico nas Organizações.** 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788582120996.

- **LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO E INCLUSÃO:** Marcos constitucionais e infraconstitucionais de proteção social e promoção de direitos no Brasil. Políticas públicas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos e segurança de renda, com foco na proteção e inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade. Estatutos e leis de garantia de direitos (crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população negra, entre outros). Sistemas de proteção social (SUAS, SUS e afins), mecanismos de acesso a benefícios e serviços e interfaces com a atuação do/a educador/a social em diferentes territórios e contextos. **Bibliografia Básica:** Nbr 6023 Nbr 6023 Moraes, Alexandre de (Org.). **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de Outubro de 1988.** 50. São Paulo: Atlas, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9788597027464. **Bibliografia Complementar:** Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:** Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, Df: Edições Câmara, 2016. 211 P. (Série Legislação 215). Isbn 9788540204614. Nbr 6023 Ministério do Desenvolvimento Social. Política Nacional de Assistência Social. Disponível Em: [Http://www.mds.gov.br/Cnas/Politica-e-nobs](http://www.mds.gov.br/Cnas/Politica-e-nobs). Acessado em 12/02/2019.

- **LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS:** Prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Revisão e reescrita orientada dos textos produzidos. Subsidiar os estudantes para a produção textual. Fundamentos da Metodologia Científica. Métodos e Técnicas de Pesquisa. Ética em pesquisa. Organização de trabalho científico. **Bibliografia Básica:** Koch, Ingedore Villaça; Elias,



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

Vanda Maria. **Escrever e Argumentar**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2016. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9786555414271. Ilhesca, Daniela Duarte. **Redação Acadêmica**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788582125359. Colello, Silvia M. Gasparian. **a Escola que (Não) Ensina a Escrever**. 1. Ed. São Paulo: Summus, 2012. 1 Recurso Online. Isbn 9788532308221. Perissé, Gabriel. **a Arte da Palavra** Como Criar um Estilo Pessoal na Comunicação Escrita. São Paulo Manole 2003 1 Recurso Online Isbn 9788520438688. Bibliografia Complementar: Creswell, John W; Creswell, J. David. **Projeto de Pesquisa**: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. 5. Ed. Porto Alegre: Penso, 2021. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9786581334192. Lemes, Adriana. **Língua Portuguesa**: Classes Gramaticais e Texto Narrativo. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788582125427. Castilho, Ataliba T. De. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2010. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9788572444620. Gibbs, Graham. **Análise de Dados Qualitativos**. Porto Alegre Artmed 2011 1 Recurso Online (Pesquisa Qualitativa). Isbn 9788536321332. Nascimento, Luiz Paulo Do. **Elaboração de Projetos de Pesquisa**: Monografia, Dissertação, Tese e Estudo de Caso, com Base em Metodologia Científica. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788522126293.

- PENSAMENTO COMPUTACIONAL: Navegação, pesquisa e filtragem de informações. Interação por meio de tecnologias. Compartilhamento de Informações e conteúdo. Colaboração por canais digitais. Raciocínio lógico, análise e resolução de problemas. Estudo dos dispositivos computacionais. Noção de algoritmos. Práticas de Computação. Jogos de Lógica. Desenvolvimento de Conteúdo. Construção de narrativa usando programação em blocos. Bibliografia Básica: Batista, Esteic Janaina Santos. Pensamento Computacional: Teoria e Prática. 2024. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Wc8C3>. Viali, Lorí ; Lahm, Regis Alexandre. Tecnologias na Educação em Ciências e Matemática. Editora Edipuc-rs, 2016. 183. Isbn 9788539709175. Carvalho, Fábio Câmara Araújo De. **Tecnologias que Educam**: Ensinar e Aprender com as Tecnologias de Informação e Comunicação. 1. Ed. São Paulo, Sp: Pearson, 2009. 1 Recurso Online. Isbn 9788576053675. Kenski, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias**: o Novo Ritmo da Informação. 7. Ed. Campinas: Papyrus, 2010. 1 Recurso Online. Isbn 9788530811549. Kenski, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias**: o Novo Ritmo da Informação. Campinas, Sp: Papyrus, 2013. 1 Recurso Online. (Papyrus Educação). Isbn 9788530810429. Bibliografia Complementar: Brackmann, Christian Puhlmann. Desenvolvimento do Pensamento Computacional Através de Atividades Desplugadas na Educação Básica. 2017. Tese (Doutorado em Informática na Educação) - Centro de Estudos Interdisciplinares em Novas Tecnologias da Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/S7Vgn>. Jarvis, Jeff. **o que a Google Faria?** Como Atender Às Novas Exigências do Mercado. São Paulo Manole 2010 1 Recurso Online Isbn 9788520442708. Menezes, Alexandre Moreira De. **os Paradigmas de Aprendizagem de Algoritmo Computacional**. São Paulo Blucher 2015 1 Recurso Online Isbn 9788580391039. Capron, Harriet L. **Introdução à Informática**. 8. Ed. São Paulo: Pearson, 2004. 1 Recurso Online. Isbn 8587918885.

- PENSAMENTO CRIATIVO: Relação entre criatividade e inovação. Criatividade e inteligência. Perfil do indivíduo criativo. O processo criativo. Barreiras ao processo criativo. Ambiente organizacional e criatividade: cultura do aprendizado e resistência à mudança. Ferramentas e técnicas para estimular a criatividade. Indústrias Criativas e Economia Criativa. Bibliografia Básica: Reis, Dalcio Roberto Dos. **a Criatividade**



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

nas Organizações. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589818953. Jean Felipe Pscheidt. **Música e Criatividade.** Contentus 112 Isbn 9786557454435. Giglio, Zula. **da Criatividade à Inovação.** 1. Ed. Campinas: Papirus, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788544901632. Bibliografia Complementar: Miranda, Simão De. **Estratégias Didáticas para Aulas Criativas.** 1. Ed. Campinas: Papirus, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 978-85-449-0348-3. Afonso Ricardo Paloma Vicente. **Gesta-O Estratēgica da Inovac,a-O.** Contentus 88 Isbn 9786557452998. Karina Nalevaiko Rocha. **Intelige^ncia, Afetividade e Criatividade.** Contentus 68 Isbn 9786557450130.

- PLANEJAMENTO E PRÁTICAS INTERSETORIAIS NA EDUCAÇÃO SOCIAL I: Fundamentos do planejamento em Educação Social e da atuação em rede. Conceitos de território, intersectorialidade e rede de proteção social nas políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, educação ambiental e demais políticas afins. Relações entre Educação Social e sustentabilidade socioambiental, com ênfase em práticas educativas voltadas à cidadania ecológica, justiça ambiental e ao cuidado com bens comuns. Leitura e mapeamento inicial de territórios e equipamentos públicos, organizações da sociedade civil e iniciativas comunitárias, incluindo projetos socioambientais e comunitários. Identificação de demandas socioeducativas de diferentes públicos, incluindo pessoas idosas, e análise de possibilidades de intervenção articulada entre serviços. Elaboração inicial de planos e roteiros de ação socioeducativa em pequena escala, integrando teoria e prática, com ênfase na observação de campo, na escuta qualificada, na articulação com equipes multiprofissionais e na promoção de ações educativas intersectoriais voltadas à sustentabilidade e à inclusão social. Bibliografia Básica: Sposati, Aldaíza. **a Menina Loas: um Processo de Construção da Assistência Social.** 6. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2025. 1 Recurso On-line. Isbn 9786555556117. Teixeira, Elenaldo. **o Local e o Global: Limites e Desafios da Participação Cidadã.** 2. Ed. São Paulo, Sp: Cortez; Recife: Equip, 2001. 224 P. Isbn 85-249-0795-9. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – Pnas/2004: Norma Operacional Básica – Nob/Suas. Brasília, Df: Mds, 2005. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Fcecs>. Acesso em 17 Nov. 2025. Bibliografia Complementar: Baeta, Anna Maria Bianchini *Et Al.* **Educação Ambiental: Repensando o Espaço da Cidadania.** 3. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2005. 255 P. Isbn 8524908513. Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: Resolução Cnas Nº 109, de 11 de Novembro de 2009. Brasília, Df: Mds, 2009. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Xdyyl>. Acesso em 17 Nov. 2025. Mota, Ana Elizabete. **o Mito da Assistência Social: Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade.** 1. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9788524925863. Couto, Berenice Rojas; Yazbek, Maria Carmelita; Silva, Maria Ozanira da Silva E. **o Sistema Único de Assistência Social no Brasil: Uma Realidade em Movimento.** 1. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9788524921193.

- PLANEJAMENTO E PRÁTICAS INTERSETORIAIS NA EDUCAÇÃO SOCIAL II: Aprofundamento dos processos de planejamento, gestão e avaliação de ações intersectoriais em Educação Social. Desenvolvimento de projetos e intervenções socioeducativas em contextos reais, a partir de diagnósticos e mapeamentos territoriais previamente realizados, considerando dimensões sociais, culturais e socioambientais dos territórios. Implementação, acompanhamento e registro de atividades em rede envolvendo serviços de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental e demais políticas afins, em



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

articulação com organizações da sociedade civil e iniciativas comunitárias. Monitoramento e avaliação participativa das ações, com elaboração de relatórios, devolutivas às equipes e às comunidades, sistematização de experiências e reflexão crítico-ética sobre a prática do educador social junto a diferentes públicos ao longo do curso da vida, incluindo pessoas idosas, com ênfase na responsabilidade socioambiental e na transformação social. **Bibliografia Básica:** Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – Pnas/2004. Brasília, 2004. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Fcecs>. Acesso em 17 Nov. 2025. Nascimento, Sueli Maria Do. Reflexões sobre a Intersetorialidade entre as Políticas Públicas. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, N. 101, P. 95-120, 2010. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Qxn5X>. Acesso Em: 18 Nov. 2025. Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução Nº 33, de 12 de Dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – Nob/Suas. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, Df, 12 Dez. 2012. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Ce446>. Acesso Em: 18 Nov. 2025. **Bibliografia Complementar:** Franciani, Michelly Eustáquia do Carmo; Guizardi, Francini Lube. Desafios da Intersetorialidade nas Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social: Uma Revisão do Estado da Arte. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, V. 27, N. 4, P. 1265-1286, 2017. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Ef71B>. Acesso Em: 18 Nov. Baeta, Anna Maria Bianchini *Et Al.* **Educação Ambiental:** Repensando o Espaço da Cidadania. 3. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2005. 255 P. Isbn 8524908513. Souza, Maria da Conceição Oliveira; Dalbello-araujo, Maristela. Intersetorialidade entre as Políticas de Saúde e Assistência Social: Possibilidades e Limites. Libertas, Juiz de Fora, V. 21, N. 2, P. 632-655, 2021. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Ep2Hf>. Acesso Em: 18 Nov. 2025. Santos, Margarida Maria Silva Dos. Território e Gestão da Política Nacional de Assistência Social Pnas 2004: as Experiências de Maceió e Arapiraca. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/Dnfrn>. Acesso Em: 18 Nov. 2025.

- POLÍTICAS EDUCACIONAIS: Gênese e Concepção de Estado, Política e Sistema Educacional. Sistema de ensino brasileiro e políticas educacionais. Organização e funcionamento da educação brasileira. **Bibliografia Básica:** Libâneo, José Carlos; Oliveira, João Ferreira De; Toschi, Mirza Seabra. **Educação Escolar:** Políticas, Estrutura e Organização. 8. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2009. 407 P. (Coleção Docência em Formação: Saberes Pedagógicos). Isbn 9788524909443. Aguiar, Márcia; Tuttman, Malvina T. Políticas Educacionais no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular: Disputas de Projetos. em Aberto, Brasília, V. 33, N. 107, Jan./Abr. 2020. Disponível Em: <https://Link.ufms.br/OMaeo>. Acesso Em: 11 Fev. 2022. Saviani, Dermeval. **da Ldb (1996) ao Novo Pne (2014-2024):** por Uma Outra Política Educacional. 5. Ed. Campinas: Autores Associados, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788574964324. **Bibliografia Complementar:** Oliveira, Romualdo Portela De; Adrião, Theresa. Gestão, Financiamento e Direito à Educação: Análise da Ldb e da Constituição Federal. São Paulo, Sp: Xamã, 2001. Ball, Stephen J.; Mainardes, Jefferson. Políticas Educacionais: Questões e Dilemas. São Paulo, Sp: Cortez, 2011. Veiga, Ilma Passos Alencastro. **Ensino Fundamental:** da Ldb à Bncc. 1. Ed. Campinas: Papirus, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788544903117.

- QUALIDADE DE VIDA, LAZER E TEMPO LIVRE: Concepções de lazer e tempo livre na perspectiva dos estudos do lazer e da Educação Social. Lazer como direito social e dimensão da cultura, em diálogo com as políticas públicas e com o Estatuto da Pessoa Idosa. Análise crítica das desigualdades de acesso, da mercantilização do lazer e dos usos do tempo livre ao longo do curso da vida. Planejamento,



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

mediação e avaliação de atividades de lazer e convivência em espaços socioeducativos, comunitários e institucionais, com diferentes públicos e gerações, visando à promoção de autonomia, participação social e qualidade de vida.

Bibliografia Básica: Castro, Mary Garcia. **Cultivando Vida, Desarmando Violências:** Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em Situação de Pobreza. 2. Ed. Brasília, Df: Unesco, 2001. 583 P. Isbn 85-87853-34-1. Marcellino, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação.** 1. Ed. Campinas: Papirus, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9788544902486. Lazer e Recreação: Repertório de Atividades por Fases da Vida. 1. Ed. Campinas: Papirus, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786556500317. **Bibliografia Complementar:** Lazer em Estudo: Currículo e Formação Profissional. 1. Ed. Campinas, Sp: Papirus, 2023. 1 Recurso Online. (Fazer/Lazer). Isbn 9788544900987. Silva, Marcos Ruiz Da. **Dimensões Teórico-práticas da Recreação e do Lazer.** 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589818441. Lazer e Recreação: Repertório de Atividades por Ambientes. 1. Ed. Campinas: Papirus, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 978-65-5650-043-0.

- **SAÚDE COLETIVA E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL:** Conceitos básicos de saúde coletiva, processo saúde–doença e determinantes sociais da saúde. Princípios e diretrizes do SUS e das redes de atenção à saúde, com destaque para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e suas interfaces com o SUAS. Políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas, prevenção de violências e promoção da saúde em territórios. Papel do educador social na promoção de ações coletivas de cuidado, escuta qualificada, acolhimento, mediação com serviços e encaminhamentos responsáveis, junto a diferentes públicos (crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas). Estratégias socioeducativas de cuidado em liberdade, redução de estigmas, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e promoção da qualidade de vida, incluindo a dimensão socioambiental e a Educação Ambiental na promoção da saúde. **Bibliografia Básica:** Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Mental. Cadernos de Atenção Básica, N. 34. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 P. Disponível Em: ≪ [Http://189.28.128.100/Dab/Docs/Portaldab/Publicacoes/Caderno_34.Pdf](http://189.28.128.100/Dab/Docs/Portaldab/Publicacoes/Caderno_34.Pdf) ;≫ Brasil. Ministério da Saúde. Rede de Atenção Psicossocial (Raps): Evolução da Cobertura e do Financiamento, 2011–2022. Brasília, Df: Ministério da Saúde, 2023. Disponível Em: <https://link.ufms.br/Mjgef>. Acesso em 18 Nov. 2025. **o que Você Precisa Saber sobre o Sistema Unico de Saúde.** 1. Ed. São Paulo: Atheneu, 2010. 1 Recurso Online. Isbn 9788573795240. **Bibliografia Complementar:** Baeta, Anna Maria Bianchini *Et Al.* **Educação Ambiental:** Repensando o Espaço da Cidadania. 3. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2005. 255 P. Isbn 8524908513. Bock, Ana Mercês Bahia; Teixeira, Maria de Lourdes Trassi; Furtado, Odair. **Bem-estar e Saúde Mental.** 1. Ed. São Paulo: Expressa, 2021. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9786587958255. Fernandes, Amanda Dourado Souza Akahosi; Taño, Bruna Lidia; Cid, Maria Fernanda Barboza. **Saúde Mental de Crianças e Adolescentes e Atenção Psicossocial.** 1. Ed. Barueri: Manole, 2021. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9786555765120. Fernandes, Carmen Luiza C; Moura, Isabel Cristina De; Dias, Lêda Chaves. **Saúde Mental na Atenção Primária:** Abordagem Multiprofissional. 1. Ed. Barueri: Manole, 2021. 1 Recurso Online (280 P.). Isbn 9786555766776.

- **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:** Conceitos, princípios e marcos legais da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada. Determinantes sociais da alimentação, desigualdades,



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

pobreza, fome e insegurança alimentar e seus efeitos na saúde. Padrões alimentares, estado nutricional, deficiências nutricionais e doenças crônicas relacionadas à alimentação. Políticas públicas e programas de SAN, intersectorialidade, participação social, gestão, planejamento, monitoramento e avaliação. Educação alimentar e nutricional, cultura alimentar, comunicação e promoção da alimentação adequada e saudável. Intervenções e estratégias territoriais e institucionais para garantia da SAN. **Bibliografia Básica:** Guia Prático de Educação Nutricional. São Paulo Manole 2016 1 Recurso Online Isbn 9788520451618. Gomes, Clarissa Emília Trigueiro. **Planejamento Alimentar** Educação Nutricional nas Diversas Fases da Vida. São Paulo Erica 2014 1 Recurso Online Isbn 9788536521213. Mancuso, Ana Maria Cervato. **Guia de Segurança Alimentar e Nutricional.** São Paulo Manole 2015 1 Recurso Online Isbn 9788520448816. **Bibliografia Complementar:** Diez-garcia, Rosa Wanda. **Mudanças Alimentares e Educação Alimentar e Nutricional.** 2. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2017 1 Recurso Online Isbn 9788527732512. Rockett, Fernanda. **Educação Nutricional.** Porto Alegre Ser - Sagah 2017 1 Recurso Online Isbn 9788595020177. Tirapegui, Julio. **Nutrição: Fundamentos e Aspectos Atuais.** 3. Ed. São Paulo: Atheneu, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788538804055.

- SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: Condições histórico-sociais da Sociologia como ciência e no marco das Ciências Sociais. Principais vertentes do pensamento sociológico clássico e contemporâneo. Conceitos sociológicos básicos para a compreensão da sociedade e da educação. A educação como processo social. Análise sociológica da escola, da educação e da sociedade. **Bibliografia Básica:** Souza, Renato Antonio De. **Sociologia da Educação.** São Paulo Cengage Learning 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522122509. Nogueira, Maria Alice. **Bourdieu & a Educação.** 2. São Paulo Autêntica 2007 1 Recurso Online Isbn 9788582170113. Durkheim, Émile. **as Regras do Método Sociológico.** 1. Ed. São Paulo: Vozes, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788532664525. **Bibliografia Complementar:** Apple, Michael W. **Sociologia da Educação** Análise Internacional. Porto Alegre Penso 2013 1 Recurso Online Isbn 9788565848329. Piletti, Nelson. **Sociologia da Educação:** da Sala de Aula aos Conceitos Gerais. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2022. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9786555411256. Bonzatto, Eduardo Antonio. **Educação nos Tempos da Cólera.** 1. Ed. São Paulo: Ícone, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9788527411417.

- TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM: Diferentes concepções sobre a aprendizagem e o desenvolvimento humano. As principais características do ser humano ao longo do ciclo de vida (infância, adolescência, fase adulta e velhice), considerando aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais. **Bibliografia Básica:** Vigotsky, L. S.; Cole, Michael Et Al. (Org.). **a Formação Social da Mente:** o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. 7. Ed. São Paulo, Sp: Martins Fontes, 2017. Xxxviii, 182 P. (Psicologia e Pedagogia). Isbn 9788533622647. Piaget, Jean. **o Nascimento da Inteligência na Criança.** 4. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Ltc, 1982-2008. 389 P. (Biblioteca de Ciências da Educação). Isbn 8521612583. Oliveira, Marta Kohl De. Vygotsky Aprendizado e Desenvolvimento: um Processo Sócio-histórico. 5. Ed. São Paulo, Sp: Scipione, 2010. Moreira, Marco Antonio. **Teorias de Aprendizagem.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2013. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9788521637707. **Bibliografia Complementar:** Valle, Tânia Gracy Martins Do. (Org.). Aprendizagem e Desenvolvimento Humano: Avaliações e Intervenções. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. <https://Link.ufms.br/Su6Ua>. Disponível Em: . Acesso Em: 11 Fev. 2022. Nogueira, Makeliny Oliveira Gomes; Leal, Daniela. Teorias da Aprendizagem: um Encontro



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

entre os Pensamentos Filosófico, Pedagógico e Psicológico. 3. Ed. Editora Intersaberes, 2018. Maia, Christiane Martinatti. **Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem**. Curitiba: Intersaberes, 2019. 1 Recurso Online. (Pedagogia Contemporânea). Isbn 9788559725636. Salvador, César Coll. **Desenvolvimento Psicológico e Educação** Psicologia da Educação Escolar, V.2. 2. Porto Alegre Penso 2015 1 Recurso Online Isbn 9788536307770.

- VIDA, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE: Trajetórias de vida, escolar e profissional. Aspectos cognitivos, éticos e socioemocionais da construção da identidade pessoal, coletiva e cidadã, considerando as relações de gênero e raça. Cidadania, acessibilidade e inclusão. Cidadania no contexto do trabalho: segurança, saúde e meio ambiente no trabalho. Competências socioemocionais: protagonismo, colaboração, criatividade e responsabilidade social. Sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social, econômica e cultural. Relações entre economia, meio ambiente, legislação, políticas públicas e pactos globais. Crise ambiental e inovação responsável. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Bibliografia Básica: Moran, José. a Importância de Construir Projetos de Vida na Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível Em: <https://Moran.eca.usp.br/Wp-content/uploads/2017/10/vida.pdf>. Acesso Em: 4 Out. 2025. Prudencio, Adriana Cristina Madalena. **Acolhimento Socioemocional no Ingresso à Universidade**: Guia do Educador. Neurus, 2024. 1 Recurso Online. Isbn 978-65-5446-226-6. Jr., Arlindo Philippi; Pelicioni, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2. Ed. Barueri: Manole, 2014. 1 Recurso Online (0 P.). Isbn 9788520445020. Bibliografia Complementar: Onu. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Agenda 2030. Organização das Nações Unidas, 2015. Disponível Em: <https://Brasil.un.org/Pt-br/sdgs>. Acesso Em: 12 Set. 2025. Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. 37. Ed. São Paulo, Sp: Paz e Terra, 2008. 148 P. (Leitura). Isbn 8521902433. Simonato, Monica Amala. **Competências Emocionais e Liderança Estratégica**: Como Líderes Visionários Criam Equipes de Alta Performance por Meio da Inteligência Emocional. 1. Ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2024. 1 Recurso Online (219 P.). Isbn 9788550824352.

7.7. POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

O Curso de Tecnologia em Educação Social será implantado a partir de 2026/1.

8. POLÍTICAS

8.1. CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A UFMS oferece cursos de curta duração em "História e Culturas Indígenas" e "Gênero e Formação de Professores", além de organizar-se para propiciar a capacitação do corpo docente priorizando as seguintes áreas:

- Práticas Pedagógicas no Ensino Superior
- Formação Inicial de Docentes para o Ensino Superior
- Formação de Gestores para Cursos de Graduação

8.2. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Acerca da inclusão de pessoas com deficiência, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul define Plano de Desenvolvimento Institucional como um de seus objetivos estratégicos assegurar a acessibilidade física e pedagógica, garantindo infraestrutura adequada e recursos educacionais acessíveis.



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

As ações de acessibilidade buscam possibilitar a melhoria das condições educacionais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles que apresentam altas habilidades/superdotação e que necessitem de atendimento educacional especializado, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, mobiliários e ambientes externos e internos adaptados, garantindo a mobilidade com o máximo de autonomia.

A ampliação das oportunidades educacionais para os acadêmicos que apresentam necessidades especiais, em decorrência de alguma condição física, sensorial, mental, intelectual que o coloque em situação de incapacidade diante das diversas situações acadêmicas e de outra natureza, podem ser garantidas por meio da acessibilidade. Portanto, no intuito de colaborar para tornar a UFMS acessível, têm sido feitas mudanças nas propostas curriculares que se expressam nos Projetos Pedagógicos de Cursos sendo revisados para colaborar com a perspectiva da educação inclusiva, de modo a atentar e atender à diversidade das características educacionais dos estudantes para iniciar um processo que lhes garanta mais que o acesso, mas também a permanência e o máximo de autonomia para concluírem o curso de ensino superior.

A Secretaria Desenvolvimento Inclusivo e Suporte Estudantil (Sedise), responsável pelo desenvolvimento de ações voltadas à acessibilidade, das ações afirmativas e do serviço de interpretação em Libras, também visa ao atendimento do público-alvo da Educação Especial, o que inclui pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. De forma geral, como tais sujeitos requerem necessidades educacionais especiais que precisam ser consideradas para que sua trajetória acadêmica seja positiva, entre as atividades da Sedise estão: atendimento psicoeducacional aos Estudantes com Deficiência; avaliação psicossocial e de necessidades educacionais especiais, incluindo familiares ou responsáveis; acolher, atender e acompanhar os estudantes com deficiência ingressantes autodeclarados; orientar, acompanhar e contribuir para a garantia da acessibilidade; informar, orientar e capacitar a comunidade universitária sobre as áreas de deficiência; desenvolver projeto voltado para noções básicas do Sistema Braille para servidores e estudantes da UFMS; desenvolver projeto para atendimento de estudantes com Altas Habilidades/ Superdotação; ampliar os temas de acessibilidade, ações afirmativas e inclusão curriculares pedagógicas na formação dos estudantes; acesso à comunicação e informação, mediante disponibilização de materiais acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistiva, de serviços de guia-intérprete, de tradutores e intérpretes de Libras.

O fluxo de atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial, incluindo o Transtorno do Espectro Autista (TEA) consiste em: a Sedise os identifica por meio do Sistema de Controle Acadêmico. A partir da identificação, a Sedise entra em contato com os discentes para diálogo e confirmação de dados, bem como para elaborar/planejar o atendimento que ele necessita no que diz respeito ao suporte para que sua vida acadêmica na Universidade possa ocorrer da melhor forma possível.

O atendimento ao acadêmico com deficiência varia de acordo com as necessidades específicas de cada um. É realizada uma avaliação das condições do acadêmico, seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas; sua trajetória escolar e estratégias desenvolvidas diante de suas necessidades educacionais especiais; situação atual: demandas identificadas pelo acadêmico e por seus professores. Também é apresentada ao acadêmico a proposta de acompanhamento psicoeducacional, tanto de suporte psicológico, como pedagógico, trabalhando com o discente técnicas de estudo para acompanhamento da disciplina nas quais está matriculado. O atendimento é dinâmico, pois se analisa o resultado das ações a fim



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

de se manter o que favorece o desempenho acadêmico e/ou planejar novas ações. A metodologia do ensino nas aulas regulares dos cursos da UFMS também segue estas diretrizes, pois cabe à equipe da Sedise, quando solicitada, formular orientações referentes às necessidades educacionais especiais dos referidos estudantes. Adicionalmente, a Prograd disponibiliza à Proaes a listagem de disciplinas e docentes contempladas com o Projeto de Monitoria, uma vez que monitores podem auxiliar estudante caso apresente dificuldades com os conteúdos abordados no Curso.

A Sedise realiza a tradução e interpretação de conversações, narrativas, palestras e atividades didático-pedagógicas dentro do par linguístico Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, nos espaços da instituição e eventos por ela organizados, para atender as pessoas surdas priorizando as situações de comunicação presencial, tais como aulas, reuniões, atendimento ao público, e assessora nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Todas as solicitações de atendimento de intérpretes devem ser formalizadas via Sei.

Consciente da importância da acessibilidade física, a UFMS implementa diversas ações para atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência, refletindo seu compromisso com a inclusão e a diversidade. A Universidade busca garantir equidade para participação plena de todos os membros da comunidade acadêmica, com políticas e programas que eliminem barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais, de acordo com o Plano de Acessibilidade da UFMS – Instituído pela RESOLUÇÃO Nº 124-CD/UFMS, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021 - para criar um ambiente acolhedor e acessível para docentes, estudantes, técnicos administrativos e visitantes.

Para alcançar esses objetivos, a UFMS investe continuamente em infraestrutura e tecnologias assistivas, além de capacitar seu corpo técnico e docente para atender de forma eficaz e respeitosa às demandas das pessoas com deficiência. Projetos de construção e reformas são realizados em conformidade com as legislações vigentes, incluindo a construção e adequação de rampas e calçadas com acessibilidade, para garantir a segurança e mobilidade dos pedestres, e a implementação de rotas acessíveis. A instalação de pisos podotáteis, assentos sanitários elevados, barras de apoio, torneiras com alavanca e balcões rebaixados são medidas adotadas para remover barreiras arquitetônicas e facilitar o uso dos espaços por todos. A instalação de bebedouros em altura acessível para usuários de cadeira de rodas e a remoção de barreiras arquitetônicas reforçam a dedicação da Universidade em promover a equidade de gênero e a inclusão social.

Essas ações demonstram o compromisso da UFMS em construir um espaço acadêmico inclusivo, valorizando a diversidade e permitindo que todos alcancem seu pleno potencial.

Por fim, é válido expor que a garantia de acessibilidade corresponde às diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos, pois tem como princípios: a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; a democracia na educação e a sustentabilidade socioambiental (conforme Resolução nº 1/2012-CNE/CP).

No plano pedagógico, a Administração setorial, via Administração central, prevê a capacitação de Técnicos-Administrativos e Professores para o atendimento a pessoas com deficiência. No plano arquitetural, a Administração setorial, via Administração central, prevê investimentos para as adequações necessárias à acessibilidade, como instalação de rampas para acesso aos diferentes ambientes e implantação de rotas específicas para deficientes físicos e pessoas cegas. A Agead conta com instalações adequadas para tal atendimento. Há rampas de acesso, elevador, sinalizações em braille nos corredores e nas portas das salas e piso tátil.



8.3. INCLUSÃO DE COTISTAS

Os cotistas terão um acompanhamento específico por parte da Coordenação de Curso ao longo do primeiro ano. Este acompanhamento inclui o monitoramento de seu desempenho acadêmico (como dos demais alunos) buscando identificar cedo possíveis **déficits** de aprendizagem que os estejam impedindo de prosseguir seus estudos de forma adequada.

O Curso oferece aos seus estudantes todo o material necessário ao desenvolvimento de atividades didático – pedagógicas (equipamentos, materiais, livros, etc.). Contudo, outras necessidades de natureza econômica ou social serão monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

8.4. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A política de construção curricular do Curso de Tecnologia em Educação Social assegura o atendimento aos requisitos legais e normativos relativos às Relações Étnico-Raciais, aos Direitos Humanos, ao respeito ao ser humano e aos animais e, à Educação Ambiental de forma articulada, transversal e interdisciplinar, contemplando tais temáticas em diferentes níveis da organização pedagógica do curso, incluindo a matriz curricular, as ementas das disciplinas, as metodologias de ensino, as práticas avaliativas e as atividades de extensão e integração com a comunidade.

Esses conteúdos são abordados de maneira estruturante e sistemática em disciplinas específicas da matriz curricular, a exemplo de *Ética, Cidadania e Sociedade, Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade, Educação e Relações Étnico-Raciais, Sociologia da Educação, Legislação e Políticas Públicas de Proteção e Inclusão e Vida, Cidadania e Sustentabilidade*. Nessas disciplinas, são discutidos fundamentos históricos, sociais, políticos e culturais relacionados aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial, à história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, à justiça social, à cidadania, à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental.

Além disso, a Educação Ambiental é tratada de forma integrada em componentes curriculares como *Segurança Alimentar e Nutricional, Saúde Coletiva e Atenção Psicossocial, Qualidade de Vida, Lazer e Tempo Livre e Educação Social, Famílias e Comunidades*, possibilitando a compreensão das relações entre meio ambiente, saúde, território, modos de vida e desigualdades sociais, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

De maneira transversal, essas temáticas perpassam todo o curso, sendo incorporadas às práticas pedagógicas das demais disciplinas, como *Fundamentos da Educação Social, Gestão de Projetos Sociais, Planejamento e Práticas Intersetoriais na Educação Social I e II, Educação Social e Mediação de Conflitos e Animação Sociocultural e Educativa*. Nessas unidades curriculares, os conteúdos são problematizados a partir de situações concretas, estudos de caso, projetos intersetoriais, atividades extensionistas e práticas reflexivas, favorecendo a articulação entre teoria e prática e a formação crítica dos estudantes.

A abordagem transversal dessas temáticas também se expressa na adoção de metodologias ativas e participativas, que incentivam o debate ético, o respeito à diversidade, o reconhecimento das identidades culturais, o enfrentamento das desigualdades sociais e a promoção de práticas educativas comprometidas com os direitos humanos e a sustentabilidade. Tais princípios orientam, ainda, a postura profissional e pedagógica do corpo docente, bem como as relações estabelecidas no cotidiano acadêmico.



9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

9.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

Em relação ao sistema de avaliação, praticar-se-á o previsto pela Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe que a média mínima para a aprovação é 6,0 (seis). Para contemplar a média mínima, o Plano de Ensino deverá prever um sistema de avaliação composto por, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa.

Para cada avaliação realizada, o professor deverá, em até dez dias úteis:

- Registrar no Siscad as notas das avaliações em até dez dias úteis após a sua realização/conclusão; e
- Disponibilizar aos estudantes as respectivas avaliações corrigidas até o dia de registro das notas, apresentando a solução padrão e respectivos critérios de correção.

Para cada disciplina cursada, o professor deverá associar ao estudante uma Média de Aproveitamento, com valores numéricos com uma casa decimal, variando de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

A aprovação nas disciplinas dependerá da frequência nas aulas e/ou da participação nas aulas e/ou atividades pedagógicas assíncronas, bem como Média de Aproveitamento (MA) expressa em nota, resultantes das avaliações, de acordo com o Plano de Ensino da disciplina. Será considerado aprovado na disciplina, o estudante que obtiver frequência igual ou superior a 75%, e Média de Aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

A fórmula para cálculo da Média de Aproveitamento consiste na média aritmética, simples ou ponderada, das notas obtidas pelo estudante nas avaliações previstas no Sistema de Avaliação proposto para a respectiva disciplina.

A quantidade e a natureza das avaliações serão as mesmas para todos os estudantes matriculados na turma.

No caso de disciplinas ofertadas total ou parcialmente a distância, o sistema de avaliação do processo formativo contemplará atividades avaliativas, a participação em atividades propostas no AVA/UFMS e avaliações presenciais, sendo estas responsáveis pela maior parte da nota final. Também deverá haver a inclusão de elementos que promovam habilidades discursivas (análise e síntese), os quais deverão representar, no mínimo, um terço do peso da avaliação presencial, em conformidade com o disposto no Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, e na Portaria MEC nº 506, de 10 de julho de 2025.

9.2. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Fundamentada na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e visa promover a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes (Enade), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) designou uma equipe que compõe a Comissão Própria de Avaliação Institucional da UFMS (CPA/UFMS), a qual possui representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e um representante da sociedade civil organizada.

Cada Unidade da Administração Setorial (UAS) da UFMS possui uma comissão responsável pela avaliação correspondente à Unidade, denominada Comissão Setorial de Avaliação (CSA). A CPA e as CSAs são regulamentadas institucionalmente pela Resolução nº 104, Coun, de 16 de julho de 2021. O mandato de seus membros é de três anos, permitida uma recondução por igual período. As CSAs possuem as mesmas competências da Comissão Própria de Avaliação (CPA)



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

aplicadas no âmbito da Unidade, constituindo-se como sua extensão nas unidades da UFMS. São responsáveis pela elaboração de relatórios que apontam fragilidades e potencialidades, subsidiando o conhecimento dos gestores, Colegiados de Curso e demais instâncias, de modo a possibilitar a definição coletiva de ações a serem implementadas, garantindo um processo formativo e contínuo de avaliação.

Os questionários de avaliação encontram-se disponíveis no Sistema de Avaliação Institucional (SAI), por meio do link (<https://siai.ufms.br/avaliacao-institucional>), cabendo à Coordenação de Curso, ao Colegiado de Curso e à CSA a sua divulgação junto aos estudantes. Por meio desses questionários, os estudantes da UFMS avaliam as disciplinas do semestre anterior, os respectivos docentes, a infraestrutura física, a organização e gestão institucional, as políticas de atendimento ao discente, bem como as potencialidades e fragilidades do curso. Os dados coletados subsidiam a elaboração do Relatório de Autoavaliação Setorial da Unidade, pela CSA, e do Relatório de Autoavaliação Institucional da UFMS (RAAI), pela CPA.

A UFMS dispõe, ainda, do Portal Dados Abertos, cujo objetivo é proporcionar a abertura de dados institucionais, em conformidade com os princípios da publicidade, transparência e eficiência, promovendo a difusão das informações produzidas pela Universidade e subsidiando a tomada de decisão por parte de gestores públicos e o controle social, conforme o Plano de Dados Abertos da UFMS.

No que se refere especificamente às metodologias e estratégias de ensino-aprendizagem descritas neste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), sua eficácia é avaliada anualmente, tendo como principais insumos os resultados dos questionários da Comissão Própria de Avaliação (CPA), especialmente os itens relacionados ao domínio do conteúdo, à organização didática e ao uso de tecnologias, bem como a autoavaliação do corpo docente. Os dados consolidados são analisados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), com vistas à identificação de pontos de aprimoramento e à elaboração de um relatório anual sobre a eficácia metodológica do curso. Esse relatório é encaminhado à PROECE/PROGRAD/PROGEP, servindo como diagnóstico para o planejamento de ações de formação continuada do corpo docente.

O processo de gestão do curso é orientado pela melhoria contínua, em alinhamento com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a Comissão Setorial de Avaliação (CSA) da Unidade. Esse processo é cíclico, com periodicidade anual, e utiliza como fontes de informação os indicadores do Sistema de Avaliação Institucional (SAI) e os resultados das avaliações externas, especialmente o Enade. Anualmente, a Coordenação do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) analisam esses dados para a consolidação de um Plano de Ação, estruturado em duas frentes: a avaliação da eficácia das ações de melhoria implementadas no ciclo anterior e a proposição de novas ações, com definição de metas, responsáveis e cronogramas.

O Plano de Ação é submetido à apreciação e aprovação do Colegiado de Curso, com o devido registro em ata. Uma vez aprovado, o plano é integrado ao Relatório de Autoavaliação da Unidade (CSA), documento que recebe publicidade nos portais da Unidade e da CPA, assegurando a transparência do processo à comunidade acadêmica e ao público externo. Adicionalmente, cada Coordenação de Curso realiza reuniões semestrais com o corpo docente e discente, com o objetivo de refletir sobre os dados apresentados nos relatórios de autoavaliação institucional e definir estratégias para a melhoria do curso.

No que se refere à avaliação da aprendizagem, preserva-se o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando-o com a legislação vigente no âmbito da UFMS. O diagnóstico decorrente dos processos avaliativos institucionais e pedagógicos subsidia, ainda, as ações de formação continuada do corpo docente.



9.3. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DO CURSO

Os discentes participam da avaliação institucional, semestralmente, preenchendo dois questionários de avaliação. O primeiro questionário, disponibilizado em uma plataforma própria (SIAI) é um formulário sucinto, preenchido no primeiro semestre, a partir do qual avaliam o desempenho do docente e seu próprio desempenho nas disciplinas cursadas no semestre e o atendimento oferecido por parte da coordenação de curso. O segundo questionário é um formulário mais completo, preenchido no segundo semestre, que agrega, aos aspectos anteriores, a avaliação da infraestrutura geral da Instituição e o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. O trabalho de sensibilização do discente, no processo avaliativo, é conjunto com a Diretoria de Avaliação Institucional (Diavi), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Setorial de Avaliação (CSA), cabendo à CSA promover a sensibilização da sua respectiva Unidade.

Como incentivo à participação do discente no processo de avaliação, a resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS pode ser computada como parte da carga horária destinada às atividades complementares. Acredita-se que este pode ser importante estímulo à participação do corpo discente no processo avaliativo. Outro elemento de participação obrigatória é o Enade, no ano em que o ciclo avaliativo engloba o curso e é um componente curricular obrigatório, sem o qual o discente não conclui a graduação.

9.4. PROJETO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

O processo de autoavaliação e gestão do curso é uma atividade cíclica e anual, fundamental para a melhoria contínua e alinhada às diretrizes do SINAES e às políticas institucionais, coordenadas pela Diretoria de Avaliação Institucional (DIAVI) e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Anualmente, a Coordenação do Curso, com o apoio estratégico do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e da Comissão Setorial de Avaliação (CSA), realiza uma análise crítica dos indicadores de avaliação interna, extraíndo os dados da avaliação discente diretamente do Sistema de Avaliação Institucional (SIAI) e complementando-os com os resultados das avaliações externas.

Essa análise é consolidada em um Plano de Ação estruturado que, primeiramente, avalia a **eficácia das melhorias implementadas** no ciclo anterior e, em seguida, propõe novas ações estratégicas, com metas, responsáveis e cronogramas definidos. Para garantir sua legitimidade e alinhamento institucional, esse Plano de Ação é submetido à apreciação e aprovação do Colegiado de Curso, com o devido registro em ata. Uma vez aprovado, o plano é integrado ao Relatório de Autoavaliação da Unidade (CSA), documento que recebe **publicidade** nos portais institucionais, assegurando a transparência de todo o processo à comunidade acadêmica e ao público externo. O diagnóstico gerado por essa análise também é utilizado como insumo para o **planejamento das ações de formação continuada do corpo docente**.

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

10.1. ATIVIDADES ORIENTADAS DE ENSINO (QUANDO HOUVER)

As Atividades Orientadas de Ensino objetivam o desenvolvimento de um projeto relacionado à área do Curso sob orientação de um professor. Podem ser realizadas por meio de estudos dirigidos, atividades, colaboração e/ou participação



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

em Projetos de Pesquisa e Inovação, de Extensão, de Ensino, e de Empreendedorismo, preferencialmente, articulando-se com necessidades locais e regionais em função das novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho. Esta componente é regulamentada pela Resolução nº 594/2022, Cograd, que aprova o Regulamento das Atividades Orientadas de Ensino dos Cursos da UFMS, e sua gestão ocorre por meio do Sistema Siscad.

As Atividades Orientadas de Ensino poderão ser realizadas, de forma individual ou em grupo, em formato de relatório técnico, artigo científico, portfólio, material didático, *software*, vídeo ou *ebook*.

10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares – AC, Componente Curricular Não Disciplinar – CCND, são reguladas pela Resolução nº 830, Cograd, de 1º de março de 2023, que aprova o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação da UFMS, nele há a previsão de diversas atividades que podem ser realizadas pelos estudantes, considerando sua formação geral, específica e as inovações na área do Curso.

Essas atividades deverão ser cumpridas fora do horário regular das aulas e terão caráter formativo, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades, competências e saberes que ampliem a formação acadêmica, profissional e cidadã do estudante, podendo incluir a participação em ações, projetos e atividades do Programa UnAPI/UFMS, cujas iniciativas se organizam em eixos estratégicos e interdependentes de inclusão social, assistência, formação e aperfeiçoamento, e divulgação e popularização.

A gestão e a aprovação das Atividades Complementares ocorrem por meio do Sistema Siscad. Neste sistema o estudante submete a documentação das Atividades Complementares para verificação da Coordenação de Curso que analisa e valida, no sistema, cada comprovante enviado. Podem ser consideradas como Atividades Complementares, atividades realizadas na mesma área de conhecimento do Curso ou em áreas afins, em especial aquelas que desenvolvam no estudante habilidades e competências para formação técnica, cidadã, sustentável e internacional. As atividades deverão ser realizadas pelo estudante ao longo do Curso, sendo que a sua conclusão não deverá exceder o prazo máximo de integralização curricular do estudante no Curso.

A carga horária total das Atividades Complementares deverá ser cumprida com pelo menos dois tipos de atividades diferentes, independentemente da carga horária cumprida em cada tipo. Além disso, para comprovar a execução e a sua participação efetiva nas atividades, o estudante deverá apresentar Certificado, Declaração ou outro documento com informações específicas das atividades realizadas.

10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Segundo o PDI integrado ao PPI da UFMS, o compromisso social da UFMS é a construção de uma sociedade mais justa, produtiva e permeada por valores virtuosos, na qual o impulso empreendedor deve dialogar com o respeito ao coletivo e às heranças culturais e naturais. Nesse sentido, um pressuposto indispensável para este desenvolvimento é a difusão e a democratização do conhecimento em uma relação dialógica entre a UFMS e os diversos setores da sociedade.

Neste sentido, a extensão universitária é o principal eixo institucional capaz de articular e de contribuir significativamente para o desenvolvimento do estudante e da sociedade. Isto posto e considerando a Meta do Plano Nacional de Educação, este Curso de graduação prevê o cumprimento de 200 horas em Atividades de Extensão de forma transversal em componentes curriculares do Curso



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

e/ou em componente curricular não disciplinar específica de extensão, de acordo com regulamento específico da UFMS.

As atividades de extensão poderão ser desenvolvidas por meio de projetos e programas de extensão institucionais ao longo do curso, bem como de forma articulada e integrada às ações do Programa UnAPI/UFMS, reconhecido como espaço estratégico de formação, prática pedagógica e interação com a comunidade. Nesse contexto, a UnAPI/UFMS configura-se como campo privilegiado para o desenvolvimento dos componentes curriculares de Planejamento e Práticas Intersectoriais na Educação Social I e II, fortalecendo a inserção dos estudantes em contextos reais de atuação profissional a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a contribuição efetiva da universidade para o desenvolvimento social.

10.4. ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS (ESPECÍFICO PARA CURSOS DA EAD)

Não se aplica ao curso.

10.5. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO (QUANDO HOVER) E NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio é um ato educativo supervisionado por um profissional, desenvolvido no ambiente laboral, visando à preparação para o mundo do trabalho de estudantes regularmente matriculados nos Cursos de Graduação da UFMS, com articulação entre teoria e prática. A UFMS possui regulamento próprio para a componente de Estágio aprovado pela Resolução nº 706, Cograd, de 8 de dezembro de 2022.

O referido regulamento estabelece que o Estágio poderá ser obrigatório (cumprido obrigatoriamente pelo estudante) e/ou não obrigatório (realizado, por opção do estudante, para enriquecer sua formação). A coordenação dos estágios obrigatório e não obrigatório no âmbito do Curso é de responsabilidade da Comissão de Estágio (COE) que tem como competências:

- apresentar justificativa devidamente comprovada e fundamentada sobre a concessão de atribuição docente para a função de Orientador e/ou Supervisor de Estágio, conforme as normas institucionais;
- avaliar a coerência entre os Planos de Estágio, o Supervisor de Estágio indicado pela concedente, verificando a sua formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário e os respectivos campos de estágio;
- solicitar a formalização de Acordos de Cooperação/Convênios de Estágio para a realização de estágios, quando necessário;
- analisar e manifestar favoravelmente sobre o contido no Termo de Compromisso de Estágio, sejam eles gerados na UFMS ou provenientes de outras instituições;
- certificar-se de que o estagiário está segurado contra acidentes pessoais;
- divulgar os nomes dos Professores Orientadores e as possíveis concedentes para os estagiários;
- coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes aos estágios, apoiando e orientando o trabalho dos Professores Orientadores de estágio;
- zelar, juntamente com o Orientador, pelo cumprimento do Termo de Compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- e zelar pelo cumprimento das normas e legislações estabelecidas para estágios.

O estágio terá acompanhamento efetivo do Supervisor de Estágio na



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

Concedente e do Professor Orientador na UFMS. Dentre as competências do Supervisor de Estágio está a participação na elaboração do Plano de Atividades do Estagiário, em conjunto com o estagiário e o Professor Orientador. Enquanto o Professor Orientador tem dentre suas competências orientar os estudantes na escolha da área do campo de estágio considerando as competências previstas no perfil do egresso de modo a contribuir para a formação profissional do estudante. O Professor Orientador também fará o acompanhamento, orientação e avaliação dos estagiários.

O Curso permite que o estudante, se assim quiser, faça o Estágio Não Obrigatório. Essa modalidade de estágio é de natureza opcional, com a finalidade de complementar os conhecimentos teóricos do estudante, e poderá ser considerada como atividade complementar.

10.6. NATUREZA DO ESTÁGIO

A natureza da orientação do Estágio ocorre sob supervisão direta do Curso. O Estágio é regido pelo estabelecido no Regulamento de Estágio da UFMS (Resolução nº 706/2022, Cograd) e pelo previsto neste PPC, com as definições das relações de orientação e supervisão do estagiário, e, contemplando ainda, estratégias para gestão da integração entre o ensino e o mundo do trabalho, em consonância com as competências almejadas para o egresso.

10.7. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Os estudantes da UFMS são incentivados à participação em diferentes atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão e ao empreendedorismo, como programas; projetos; atividades articuladas com o setor produtivo ou de serviço, externas à UFMS; atividades de rotina (laboratórios do Curso, observações in loco, fazendas, museus, escolas, etc); entre outras. Nesse sentido, institucionalmente são oportunizados aos estudantes programas, projetos e atividades que poderão enriquecer sua trajetória acadêmica.

A Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) gerencia as Ações de Ensino – atividades extracurriculares que compõem o fazer pedagógico da UFMS e visam estimular o sucesso dos estudantes para a conclusão do Curso de Graduação – dentre as quais destacam-se:

- Projeto de Ensino de Graduação - PEG;
- Programa Institucional de Monitoria;
- Programa de Ligas Acadêmicas;
- Programa Equipes de Competição;
- Programa de Aprimoramento do Resultado do Estudante - Pare;
- Programa de Educação Tutorial - PET;
- Programa de Educação Pelo Trabalho para a Saúde - PET-Saúde;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Pibid;
- Projetos Especiais de Ensino de Graduação - PEEG; e
- Programa de Aula de Campo.

Por sua vez, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propp) oportuniza aos estudantes da UFMS Programas de Iniciação Científica e Tecnológica (IC&T) que estimulam, por meio das atividades, metodologias, práticas e conhecimentos próprios aos desenvolvimentos científico, tecnológico e de inovação, a vocação científico tecnológica de estudantes. Dentre esses Programas, são direcionados aos estudantes:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-Af);



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti);
- Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária (Pivic); e
- Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Voluntária (Piviti).

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece) também contribui com a formação integral do estudante por meio do oferecimento de atividades acadêmicas de cunho extensionista, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável, além de capacitar o professor, no intercâmbio com a sociedade por meio da proposição de:

- Projetos;
- Cursos de Extensão;
- Cursos de Aperfeiçoamento;
- Programas de Extensão;
- Eventos de Extensão;
- Eventos Acadêmicos;
- Eventos de Gestão Institucional; e
- Eventos em Associação com Entidade de caráter científico.

A UFMS também conta com a Agência de Inovação (Aginova) que é a unidade responsável pela promoção da inovação, do empreendedorismo, da transferência de tecnologia e do estabelecimento, monitoramento e entregas de parcerias estratégicas no âmbito acadêmico, científico, tecnológico e social, para a integração entre a Universidade, Empresas, Governo e Sociedade.

Por meio de suas ações, a Aginova, auxilia a comunidade universitária na busca de oportunidades de aprimoramento acadêmico e profissional, além de promover o intercâmbio científico, tecnológico, cultural, administrativo, artístico, filosófico, empreendedor e inovador entre a Universidade e outros órgãos, dando apoio a docentes, pesquisadores, gestores, estudantes e técnicos interessados. Dentre seus programas de destaque cabe mencionar o Programa UFMS Júnior que compreende a criação e organização de Empresas Juniores no âmbito da UFMS.

Em relação às questões relacionadas à internacionalização, a UFMS criou a Agência de Internacionalização (Aginter), que é responsável pela articulação, promoção, orientação, coordenação, avaliação e prospecção das ações relacionadas à internacionalização na UFMS.

Como forma de evidenciar e valorizar as produções acadêmicas dos estudantes que participam dos programas e projetos institucionais, anualmente realiza-se o INTEGRA UFMS. Considerado o maior evento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo de Mato Grosso do Sul, o Integra UFMS tem por objetivo integrar vários movimentos: a Feira de Tecnologia, Engenharias e Ciências de Mato Grosso do Sul (FETEC-MS) e os encontros dos Programas/Projetos cadastrados na Prograd, Propp, Proece, Aginova, etc.

10.8. PRÁTICA DE ENSINO (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.9. PRÁTICA DE ENSINO NA ÁREA DE SAÚDE (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.10. PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA)

Não se aplica ao curso.



10.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (QUANDO HOVER)

Não se aplica ao curso.

11. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS (OBRIGATÓRIO PARA CURSOS EAD)

Os materiais didáticos destinados à carga horária a distância devem priorizar tecnologias e Recursos Educacionais Abertos (REA), preferencialmente com licenças livres (p. ex., Creative Commons BY ou BY-SA), assegurando uso, adaptação e compartilhamento no contexto institucional. A autoria e a curadoria devem orientar-se pela formação integral do(a) estudante e pela acessibilidade metodológica e instrumental, observando princípios de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), usabilidade e interoperabilidade. Essa orientação favorece o engajamento, a permanência e a equidade, ao ampliar as possibilidades de acesso, reduzir barreiras e diversificar estratégias de estudo nos momentos assíncronos e síncronos mediados.

A composição do acervo didático contemplará múltiplos suportes de mídia, articulados aos objetivos e métodos de cada disciplina. Incluem-se, entre outros, livros e e-books; tutoriais e guias didáticos; videoaulas e podcasts; revistas e artigos científicos; jogos, simuladores, programas de computador, aplicativos móveis e laboratórios virtuais; além de apresentações interativas, imagens, infográficos e objetos de aprendizagem interativos. A seleção privilegiará materiais que dialoguem com os contextos reais de atuação profissional, que incentivem a resolução de problemas e que promovam atividades de aprendizagem ativa, colaboração e pensamento crítico.

A coerência pedagógica é condição central: todo material deve atender ao plano de ensino, alinhando-se a resultados de aprendizagem explícitos, à abrangência e profundidade do conteúdo e à coerência teórico-metodológica das atividades. Os materiais devem apoiar a integração entre aulas presenciais, momentos síncronos mediados e atividades assíncronas, oportunizando feedback formativo, autoavaliação e acompanhamento do percurso formativo. Sempre que pertinente, recomenda-se a inclusão de guias de estudo, trilhas de aprendizagem e rubricas, para explicitar expectativas de desempenho e critérios de avaliação.

A acessibilidade deve ser garantida desde a concepção. Materiais audiovisuais conterão legendas e transcrições; imagens trarão descrição alternativa; documentos observarão contraste adequado, fontes legíveis e navegação por teclado; objetos interativos e páginas web serão compatíveis com leitores de tela e responsivos para diferentes dispositivos. Quando aplicável, recomenda-se janela de Libras. Além disso, a linguagem deve ser clara, inclusiva e não discriminatória, adequada ao público-alvo, com atenção às demandas de conectividade, privilegiando formatos abertos ou amplamente suportados e baixo consumo de dados, bem como opções de acesso off-line quando viável.

No campo jurídico-autoral e técnico, os materiais devem apresentar licenciamento explícito e metadados completos (autor(es), versão, data, licença e referências/bibliografia atualizada). A preferência recairá sobre formatos abertos (p. ex., HTML5, EPUB, PDF/A, CSV) e padrões que favoreçam preservação, reutilização e reedição, respeitando os direitos de terceiros e a legislação de proteção de dados pessoais. Materiais de terceiros somente serão utilizados com licenças compatíveis e citação adequada; quando houver adaptações, deve-se registrar as modificações e assegurar compatibilidade de licenças. A governança acadêmico-pedagógica prevê validação prévia dos materiais conforme as



normativas institucionais, pela Equipe Multidisciplinar de Validação. O processo de validação analisará qualidade pedagógica, precisão científica, acessibilidade, adequação técnica e alinhamento ao plano de ensino e às DCNs da área.

Os materiais didáticos devem complementar e potencializar as atividades presenciais, garantindo consistência de linguagem e de padrões de qualidade em todas as mídias. A coordenação da disciplina é responsável por planejar, acompanhar e revisar o conjunto de recursos, assegurando que cada item contribua de forma efetiva para os objetivos da unidade curricular e para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no PPC, em consonância com o novo marco regulatório e com as políticas internas da UFMS.

12. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

A UFMS possui prédios destinados a salas de aula, laboratórios, auditórios, salas administrativas, oficinas e banheiros, distribuídos pela cidade universitária, pelos nove câmpus e duas bases de estudos e de pesquisa. A área construída nos nove câmpus fora da sede e nos institutos, faculdades e escolas da Cidade Universitária é de cerca de 152.047,56 m². As três maiores unidades em área construída são: o campus de Três Lagoas (20.007,57 m²), o campus do Pantanal (17.848,05 m²) e a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (11.786,73 m²).

Ao contabilizar também as unidades administrativas e demais edificações, a área da UFMS totaliza cerca de 282.240,89 m². Todos os câmpus possuem anfiteatros/auditórios, aos quais dispõem de um total aproximado de 3.500 assentos. Ao todo, a UFMS possui 343 salas de aula, sendo: 72 com capacidade máxima de 30 estudantes, 234 com capacidade máxima de 60 estudantes e 37 que podem receber mais de 60 estudantes.

Já os laboratórios somam 702 unidades, onde há 116 depósitos diversos e 5 oficinas que atendem, de formas variadas, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo dotados de equipamentos e demais recursos de acordo com as necessidades de sua área de atuação. Entre refeitórios, copas e cantinas, são 114 espaços. Os gabinetes administrativos somam 267 espaços e os professores contam com 553 gabinetes para trabalho e 166 banheiros adaptados. Todas as salas de aula possuem projetor multimídia e todo o campus possui acesso à internet sem fio para servidores e estudantes.

Em relação às outras instalações que compõem a UFMS, podem ser citadas: salas de coordenadores, salas para técnicos de laboratórios, gabinetes de estudantes, bibliotecas, salas de pós-graduação, salas de reunião, salas de estudos, salas da residência, salas de projetos externos, alojamentos, espaços de convivência, salas de atendimento, consultórios de psicologia e fonoaudiologia, centros acadêmicos, empresas juniores, observatórios de turismo, salas para raio-X e técnicas cirúrgicas, farmácias, arquibancadas para aula, salas para odontologia, biotério, salas para animais, salas para lavagens, lavanderias e sala para quarentena.

A infraestrutura física da UFMS conta também com diversos outros prédios e instalações, que proporcionam a realização de atividades acadêmicas e administrativas, atendendo às comunidades interna e externa e contribuindo para a realização da missão institucional, como o Teatro Glauce Rocha, o Estádio Pedro Pedrossian, o ginásio de esportes Eric Tinoco (Moreninho) os Complexos Multiusos e poliesportivos, o Hospital Veterinário, clínicas de atendimento, entre outros.

Na constante busca pelo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, a UFMS reconhece que uma infraestrutura moderna e adequada é um fator relevante



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

para o aprendizado e a satisfação dos estudantes, sendo certo que os investimentos em expansão na infraestrutura dos ambientes de ensino, pesquisa e extensão têm sido colocados como uma prioridade para o desenvolvimento da própria instituição. Com efeito, esforços estão sendo envidados para garantir à UFMS um crescimento que produza reflexos na qualidade da formação dos estudantes e na capacidade gerencial de alocação do investimento público.

A Brinquedoteca da Cidade Universitária configura-se como um ambiente educativo que simula práticas pedagógicas e socioeducativas, integrando ações dos Programas “Se cuide, Te amo: uma ação do coração da UFMS” e “Sou Mulher UFMS”. Desenvolvida em articulação com a Pró-Reitoria de Cidadania e Sustentabilidade (Procids), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) e a Faculdade de Educação (Faed), a iniciativa promove atividades lúdicas, recreativas e afetivas voltadas a crianças, filhos e filhas de estudantes, servidores e colaboradores terceirizados, em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou não, constituindo-se como espaço formativo para a atuação do educador social.

Além dos espaços físicos disponíveis nas Unidades da Administração Setorial responsáveis pelas ofertas de cursos, a UFMS possui uma Agência de Educação Digital e a Distância (Agead/UFMS) com infraestrutura própria e apta a oferecer elementos diferenciados para a proposta.

A Infraestrutura da Agead conta com 9 (nove) salas de aula multiuso, todas com projetor multimídia, algumas com capacidade para 55 pessoas e outras com capacidade para 80 pessoas; um Laboratório de Apoio à Inovação da Educação Básica do Brasil (LabInova) atuando como sala de videoconferência/estúdio para gravação e transmissões síncronas; dois laboratórios de informática, um com 44 computadores e o outro com 25 computadores; um auditório com projetor, TV, sistema de áudio completo e capacidade para 126 pessoas; dois estúdios para gravação de videoaulas com dois ambientes (incluindo *chroma key*); um Laboratório de Criatividade e Inovação para a Educação Básica (LabCrie) atuando como laboratório pedagógico de multimeios, quatro banheiros acessíveis (dois masculinos e dois femininos), além de sinal de internet com e sem fio em toda sua extensão. Conta ainda com Sala coletiva de professores; Espaço de Trabalho do Coordenador; Salas para atendimento dos alunos; Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.

O acervo bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da UFMS é composto por livros, CDs e DVDs, periódicos, mapas, teses e dissertações, folhetos, *e-books* adquiridos via licença perpétua e *e-books* de licença temporária do Portal Minha Biblioteca. É destinado à comunidade acadêmica para consulta e empréstimo domiciliar, visando dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na UFMS. A comunidade externa acessa livremente o acervo apenas por meio da consulta local. O crescimento do acervo é verificado pela quantidade total de exemplares apresentados em relatório emitido pelo *Pergamum* ao final de cada ano.

13. PLANO DE INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Ao longo do Curso, são incentivadas ações sistemáticas de aproximação dos estudantes com as tecnologias digitais de informação e comunicação, em consonância com o perfil do Tecnólogo em Educação Social. Isso inclui a participação em eventos voltados ao uso de novas tecnologias no campo educacional e social, a realização de visitas técnicas a espaços de produção e uso



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

de recursos tecnológicos, bem como a utilização qualificada dos laboratórios de informática e de outros ambientes e equipamentos que contribuam para o aprimoramento da formação profissional, em especial no que se refere à mediação de processos socioeducativos com diferentes públicos e à promoção da inclusão digital de pessoas idosas.

Tais atividades são previstas nos planos de ensino dos componentes curriculares, de modo articulado às metodologias de ensino e às dimensões formativas do Curso. Paralelamente, é estimulada a participação de docentes e de servidores técnico-administrativos em oficinas, cursos, seminários e demais ações de formação continuada que abordem a incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino e aprendizagem, com atenção às especificidades da Educação Social e às demandas de acessibilidade e usabilidade para sujeitos com diferentes perfis geracionais.

A Agência de Educação Digital e a Distância (AGEAD/UFMS) disponibiliza, periodicamente, materiais instrucionais on-line voltados à capacitação de docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes para o uso de tecnologias digitais, com ênfase na utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/UFMS). Esse ambiente, utilizado como apoio ao curso presencial, permite ao professor organizar conteúdos, propor atividades, acompanhar o desenvolvimento das turmas e oferecer devolutivas e feedbacks personalizados, considerando o perfil, o ritmo e as necessidades específicas de cada estudante, o que favorece processos de aprendizagem mais flexíveis e personalizados.

No que se refere à comunicação institucional e ao uso de mídias sociais, a divulgação de notícias, eventos e avisos relacionados ao Curso ocorre, prioritariamente, a partir dos conteúdos publicados no portal da UFMS (www.ufms.br). A Agência de Comunicação Social (AGECOM) é responsável pela criação e veiculação de conteúdos desenvolvidos exclusivamente para as redes sociais institucionais (como peças gráficas, vídeos curtos, memes, gifs), assegurando uma linha editorial que prioriza informações de interesse da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, ampliando a visibilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao Curso.

Dessa forma, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) incorporadas ao cotidiano do Curso contribuem para a execução do Projeto Pedagógico, garantem condições de acessibilidade digital e comunicacional, ampliam as possibilidades de interação entre docentes, discentes e demais atores envolvidos, asseguram o acesso a materiais e recursos didáticos em diferentes tempos e espaços e potencializam experiências diversificadas de aprendizagem baseadas em seu uso crítico e criativo, em sintonia com as demandas da Educação Social e com os desafios colocados pelo envelhecimento populacional.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar o presente Projeto Pedagógico como um documento orientador de natureza flexível, compreende-se que ele deve ser permanentemente acompanhado, avaliado e aprimorado, de modo a incorporar avanços teórico-metodológicos, pedagógicos e normativos que contribuam para a qualificação contínua da formação ofertada. Essa flexibilidade não significa imprevisto, mas a possibilidade de revisão crítica e coletiva do Curso Superior de Tecnologia em Educação Social, em diálogo com as transformações da sociedade, com as políticas públicas e com as demandas dos sujeitos e territórios com os quais o curso se articula, especialmente no que se refere ao envelhecimento populacional e à



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

garantia de direitos das pessoas idosas.

O presente Projeto Pedagógico apresentou a justificativa e a necessidade social do curso no contexto da UFMS, da mesorregião e da realidade sul-mato-grossense, explicitando indicadores socioeconômicos e socioambientais, bem como a análise da oferta de cursos análogos. Foram discutidos a concepção do curso, o perfil desejado do egresso, as dimensões formativas, as estratégias para o desenvolvimento de ações interdisciplinares e para a integração dos diferentes componentes curriculares, as metodologias de ensino adotadas e o sistema de avaliação da aprendizagem, além da forma de incorporação dos avanços tecnológicos ao processo formativo. Também foram apresentadas a organização acadêmico-administrativa, a estrutura curricular e as atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, evidenciando o compromisso com a indissociabilidade entre esses eixos.

Todos esses elementos convergem para a construção de um percurso formativo que possibilite ao estudante desenvolver competências técnicas, políticas, éticas, culturais, sociais e pessoais coerentes com o campo da Educação Social. Espera-se que, ao concluir o Curso, o egresso seja capaz de realizar escolhas qualificadas sobre sua trajetória profissional, atuar de forma crítica, criativa e socialmente comprometida em diferentes espaços sócio-ocupacionais, contribuir para o fortalecimento das políticas públicas e das redes de proteção social e intervir, de maneira ética e sensível, na realidade concreta, com particular atenção às necessidades, potencialidades e direitos das pessoas idosas e de outros grupos em situação de vulnerabilidade.

15. REFERÊNCIAS

- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/9Gj8w>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://link.ufms.br/nAhed>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- BRASIL. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 2012. Disponível em: <https://link.ufms.br/jJIEg>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Disponível em: <https://link.ufms.br/T9OI1>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Quadro geográfico de referência para produção, análise e disseminação de estatísticas: mesorregião e microrregião geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://link.ufms.br/PnyHW>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Campo Grande (MS) | Cidades e Estados. Rio de Janeiro: [s.d.]. Disponível em: <https://link.ufms.br/fbOtW>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Área



ANEXO - PPC DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO SOCIAL - AGEAD
(Resolução nº 1.407-Cograd/UFMS, de 19 de fevereiro de 2026.)

territorial brasileira 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: população e domicílios – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

- JUSTI, Priscilla Azambuja. Espaços verdes urbanos públicos de Campo Grande (MS), no controle de águas pluviais: avaliação do serviço ecossistêmico de regulação. 2024. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Eficiência Energética e Sustentabilidade) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia, Campo Grande, 2024.

- OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA DE MATO GROSSO DO SUL (OCMS). Painel inédito sobre as pessoas idosas é lançado pelo Observatório da Cidadania de MS. Campo Grande, 30 jul. 2025. Disponível em: <https://link.ufms.br/kVsJx>. Acesso em: 14 nov. 2025.

- PONTES, Élcio Bezerra. A Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR) na Faculdade de Educação da UnB. In: SOUZA, A. M.; FIORENTINI, L. M. R.; RODRIGUES, M. A. M. (orgs.). Educação superior a distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR). Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Editora da Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: <https://link.ufms.br/FGNmr>. Acesso em: 14 nov. 2025.